

universidade

pública

Ano VII - Nº 40 - novembro/dezembro - 2007



IMPRESSO

O Estado Novo no Ceará

70 anos depois, pesquisadores e personagens da Era Vargas narram essa história

Plano Municipal de Educação



A transformação social começa pela qualidade da Educação.

Plano Municipal de Educação

Dezoito meses de debates, discussões temáticas e muita participação, geram frutos que extrapolam os limites políticos e ganham o alcance de uma década. É o Plano Municipal de Educação de Fortaleza: diretrizes, objetivos, metas e ações educacionais para os próximos anos da Educação em Fortaleza, transformados em projeto de lei pela Prefeitura. Pautado na qualidade da Educação e na inclusão social, o Plano é democrático desde a sua elaboração e contou com a participação da sociedade e de mais de 68 instituições, entidades e órgãos que participaram das plenárias e dos grupos de trabalho, discutindo temas como a educação de crianças, jovens, adultos e idosos. Foram debatidas propostas para a educação infantil, ensino fundamental e médio, educação profissional, tecnológica e superior, educação inclusiva, como também financiamento e gestão da Educação e formação e valorização dos trabalhadores da Educação. O Plano Municipal de Educação é mais uma clara demonstração de compromisso da gestão Fortaleza Bela com nossas crianças, jovens e adultos.

Sistema Municipal de Educação

O Sistema Municipal de Educação está sendo formalizado. Previsto desde 1996, mas só agora concretizado, o Sistema vai proporcionar maior autonomia à gestão, para definir ações político-pedagógicas, a organização e funcionamento das escolas municipais e das instituições privadas de educação infantil. Atualmente, a rede municipal está vinculada ao Conselho de Educação do Ceará, que não atende com precisão à realidade de Fortaleza. A criação de um sistema próprio é de grande importância: elaborado num contexto específico, a ampliação e a melhoria na qualidade de ensino será ainda mais efetiva.

Conselho Municipal de Educação

Formado por pais, estudantes, professores, gestores escolares, universidades, representantes de entidades e de movimentos sociais ligados à Educação, o Conselho vai propor e acompanhar políticas públicas para a área, contribuindo para a regularização das escolas municipais e das instituições privadas de educação infantil. Mais democracia, maior controle das ações do órgão executivo municipal. Por tudo isso, o Conselho representa um grande avanço para a Educação em Fortaleza.

Fundo Municipal de Educação

Criado para reduzir a burocracia e dar mais agilidade e transparência aos gastos, o Fundo Municipal de Educação vai permitir que os recursos sejam administrados diretamente pelo gestor da área.

Reitor
Prof. Ícaro Moreira

Vice-reitor
Prof. Jesualdo Farias

Para falar com a UFC
Reitoria
Av. da Universidade, 2853
60020-181 - Fortaleza - CE
Fone: (85) 3366.7306 - Fax: (85) 3366.7308
Internet: www.ufc.br
E-mail: reitor@ufc.br

Coord. de Comunicação Social e Marketing Institucional
Paulo Mamede
Fone: (85) 3366.7319

Assessor de Comunicação Institucional
Italo Gurgel
Fone/Fax: (85) 3366.7330
E-mail: ufcinforma@ufc.br

Assessora de Imprensa
Carmina Dias

Revista Universidade Pública
Av. da Universidade, 2910
Benfica - Fortaleza - Ceará
CEP: 60020-181
Fone/Fax: (85) 3366.7319
universidadepublica@uol.com.br

Editora
Ana Rita Fonteles
CE01169JP

Reportagens
Ana Rita Fonteles
CE01169JP
Naara Vale
CE01831JP
Raimundo Madeira
CE01221JP

Fotos
Júnior Panela
CE00100RF

Tiragem
5.000 exemplares
Periodicidade
Bimestral

CTP e impressão
Expressão Gráfica



Nossa Capa

Arte sobre imagem de Getúlio Vargas (Willian de Brito)

A história sob um olhar cearense

O costume de aprender sobre momentos e fatos históricos nacionais, amparados na realidade de estados do centro-sul do País, em especial São Paulo e Rio de Janeiro, está arraigado entre nós. Livros didáticos, revistas jornalísticas, ou mesmo as bem produzidas séries de TV, reforçam esse comportamento que, muitas vezes, passa despercebido entre nós. Pensando na necessidade de rever esses momentos, com um olhar que privilegie o local, *Universidade Pública* revisita a história do Ceará ou com enfoque no Estado, sempre que possível, desde sua criação, em 2000.

Neste exemplar de número 40, aproveitamos uma data extremamente significativa – os 70 anos do Estado Novo – para conhecer algumas das nuances que o regime implantado por Vargas teve no Ceará. Repressão política, restrição de liberdades, censura, guerra e mobilização de trabalhadores, são narradas em reportagem de capa, a partir de pesquisas de cearenses e também através das histórias compartilhadas por gente que viveu na pele as agruras daquele período.

Democratizar informações, aliás, é a tônica deste número. Nossa equipe foi a Brasília falar diretamente com o Secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota. Na pauta da entrevista, mais detalhes sobre o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), política de

assistência estudantil e políticas de pós-graduação. Adiantamos que, se as promessas se realizarem, teremos um excelente ano para as universidades federais em todo o País.

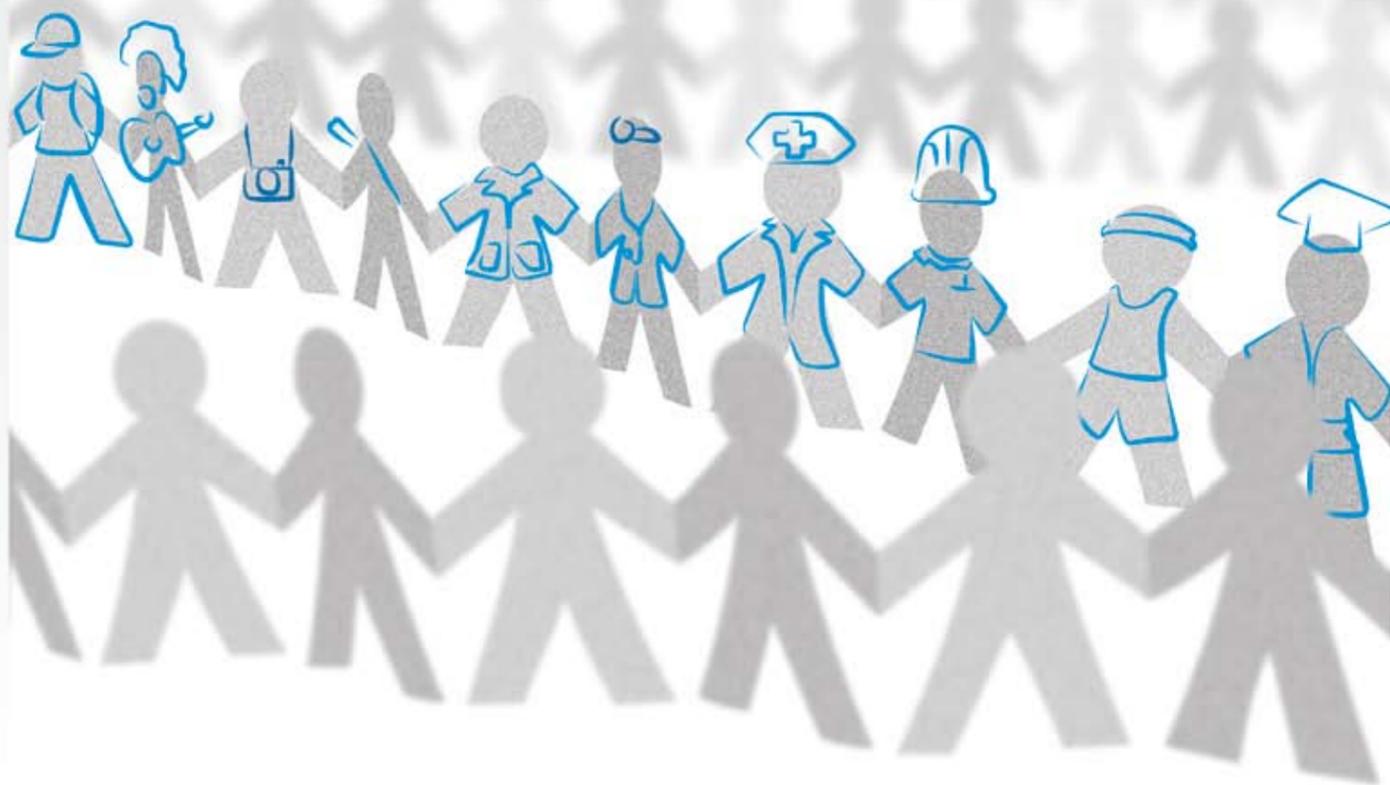
E como o assunto é educação, preparamos reportagem sobre a falta de professores qualificados para ministrar aulas nas escolas públicas brasileiras. Levantamento do MEC mostra que 70% dos formados em licenciaturas no País não trabalham em sala de aula, depois de formados, e nem têm interesse nisso. Você vai saber o que pode ser feito para reverter esse quadro.

Dois projetos da UFC, com alto teor de impacto social, também estão presentes na última revista do ano. Conheça mais sobre o Curso de Especialização em Direitos Humanos ofertado ao pessoal que trabalha na área de segurança pública no Estado. Saiba, também, como um projeto de extensão está treinando multiplicadores para combater o trabalho

doméstico infantil no Ceará.

Universidade Pública se despede, comprometendo-se a voltar em 2008 com pautas e textos cada vez melhores e antenados com o que de mais importante acontece na Universidade Federal do Ceará e no ensino superior no País. Continuamos contando com sua colaboração, seja na forma de sugestões, críticas ou observações. A todos que fazem a comunidade universitária da UFC, um Feliz Natal e um ano de realizações!

Ana Rita Fonteles
Editora UP



A Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura homenageia, no aniversário de 30 anos de sua criação, os professores, estudantes e todos os pesquisadores da Universidade Federal do Ceará. Eles são os protagonistas de nossa história feita de desafios, talento, criatividade e incessante busca pelo conhecimento e desenvolvimento de nosso Estado e de nosso povo. Facilitar esse trabalho, transformando projetos em realidade, é a missão da FCPC.

www.fcpc.ufc.br

FCPC
trinta anos

07 Entrevista

O secretário de Educação Superior do MEC, Ronaldo Mota, fala sobre o Reuni e outras políticas para o ensino superior no Brasil, no segundo mandato de Lula

14 Procuram-se professores

Levantamento do MEC mostra que 70% dos formados em licenciaturas no País não trabalham e nem querem trabalhar em sala de aula. Conheça as razões e as propostas para reverter esse quadro

**20 O Ceará no Estado Novo**

70 anos depois da instauração do Estado Novo, pesquisas acadêmicas e cearenses que viveram o período discorrem sobre a ditadura de Getúlio Vargas

**28 Tesouros em papel**

Minibibliotecas da UFC guardam acervos preciosos que auxiliam professores e alunos em suas aulas e pesquisas

31 Em defesa da infância

Projeto de extensão da UFC forma conscientizadores para combater o trabalho doméstico infantil

**33 Reconhecidos**

Professores e estudantes da UFC se destacam, cada vez mais, em prêmios científicos e acadêmicos, em todo o País. Conheça algumas dessas histórias de sucesso



Sob o signo da expansão

Parafraseando o presidente Lula, nunca na história desse País a educação pública superior foi alvo de tantos discursos, projetos e polêmicas. A celeridade nas propostas de crescimento da universidade brasileira chega a assustar e provocar desconfiância naqueles que, durante anos, se acostumaram a trabalhar e a estudar num clima de partilha de migalhas. Ao incremento nos orçamentos, a realização de concursos e liberação de recursos para investimentos veio se somar ao lançamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni).

Este mês, o Governo Federal deve anunciar quatro iniciativas que contemplam reivindicações antigas da comunidade universitária. Um projeto de lei do Executivo pedirá autorização ao Congresso Nacional para preenchimento de treze mil vagas para docentes e dez mil para técnico-administrativos. Será lançado também o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid) que fornecerá bolsas a estudantes das licenciaturas para atuarem em escolas públicas. O Universidade Aberta do Brasil vai contemplar estudantes bolsistas do CNPq e Capes. Estes poderão acumular outra bolsa, atuando como tutores de projetos de capacitação de professores da rede pública. E por fim, o Plano Nacional de Assistência Estudantil, com estimativas de R\$ 130 milhões somente para 2008.

Como números falam, mas não dizem tudo, procuramos entender o sentido político da expansão proposta pelo Governo Federal. *Universidade Pública* foi à Brasília e conversou com o secretário de Educação Superior do MEC, o físico Ronaldo Mota. (Por Ana Rita Fonteles)



Universidade Pública – Há uma série de iniciativas do atual Governo, para além do aporte de recursos, que indicam uma celeridade na expansão da universidade pública brasileira. Qual o sentido desse processo?

Ronaldo Mota – Um dos principais sentidos é exatamente cumprir a Lei. Às vezes, a gente esquece que o Plano Nacional de Educação é Lei e o poder público tem que se ajustar e tentar cumpri-lo da forma mais adequada. O Plano diz que nós devemos chegar, até o final desta década, com ofertas de acesso à educação superior compatíveis com 30% da população entre 18 e 24 anos – a população jovem. Estamos muito longe disso, portanto, é fundamental crescer. O Plano diz que esse crescimento deve se dar de tal maneira que possamos chegar, ao final dessa década, com 40% dessa oferta sendo do setor público. Também estamos longe disso. Hoje só atendemos 12% da população jovem e o setor público é responsável por somente 25%. No entanto, temos plena consciência de que não é suficiente expandir, ofertar mais vagas. É preciso fazer esses movimentos com garantia de qualidade. Não é verdadeira a tese de que toda vez que você amplia, baixa a qualidade. Temos, hoje, certeza de que, no que diz respeito às universidades federais, ampliar significará aumentar a qualidade. Temos um conjunto de jovens muito talentosos, com vontade e competência para fazer educação superior pública federal e que têm sido excluídos, por falta de vagas. É possível plenamente crescer. O Governo Federal garante recursos tanto humanos quanto custeio, investimento, obras, prédios compatíveis com esse exercício positivo de crescimento. Temos pessoas no mundo do trabalho, com mais de 25 anos, que gostariam de ter a oportunidade de fazer uma boa universidade pública, e, hoje, muitas vezes, não encontram receptividade. Por isso a ênfase em cursos noturnos. É preciso que as universidades ampliem sua capacidade de atendimento, que pensem a expansão para o interior e que você possa dar, a todos, essa oportunidade pelo mérito, passando por processos seletivos altamente rigorosos e tendo

acesso ao que melhor o País pode oferecer em educação superior. São esses elementos que fazem parte do decreto Reuni. Apesar de ser, com muito orgulho, um decreto do Executivo, foi exaustivamente discutido com todos os reitores que representam, do ponto de vista institucional, o desejo dessas universidades. Além disso, a sua implementação é uma prerrogativa das universidades. Nenhuma universidade, em momento algum, foi instigada a aderir sem ter um processo de maturação suficiente. Existem universidades que não entraram. Elas estão sendo totalmente respeitadas e não terão nenhum tipo de discriminação. Terão, provavelmente, as conseqüências de não ter optado por um

“O Governo Federal garante recursos tanto humanos quanto custeio, investimento, obras, prédios compatíveis com esse exercício positivo de crescimento”

crescimento significativo, mas terão a distribuição dos recursos de forma sistemática e através de uma equação dada pelo conjunto de indicadores.

UP – Como e porque o Reuni se constituiu como modelo para esse incremento na expansão. Qual o seu diferencial?

RM – O diferencial do Reuni é a necessidade de se repensar a formação dos cursos de graduação tradicionais. Claro que o País tem uma boa qualidade na sua educação superior, especialmente a pública, de forma especial as federais. Mesmo assim, vivemos num mundo tão dinâmico que os cursos de graduação demandam um repensar permanente. E temos passado muito tempo sem repensar esses cursos. Há o uso de novas tecnologias, exigências,

perfis profissionais. Hoje o profissional precisa, ao lado do conhecimento, agregar outras qualidades que certamente são mais evidentes do que foram no passado: a capacidade de enfrentar desafios, trabalhar em equipe, enfrentar culturas diversas da sua. Situações que nosso currículo, por mais que se esforce, não consegue conter de forma explícita. Um dos elementos do Reuni é estimular a mobilidade estudantil, a possibilidade do estudante enfrentar um conjunto de outras disciplinas, cumprir créditos num outro instituto ou outra universidade. E se possível, num outro estado e outro país. Quais são os elementos que estão presentes nessa iniciativa? Aprender a lidar com uma situação inovadora, conviver com novos colegas. Além da questão da multidisciplinaridade.

UP – A adesão das universidades ao Reuni suscitou uma série de manifestações contrárias, advindas de setores do movimento estudantil e docente. Como vocês vêem essas críticas?

RM – O fato de existir críticas ao projeto dentro dos campi não pode assustar ninguém. Pelo contrário, deve estimular. É evidente que estas devem ser discutidas e resolvidas dentro do ambiente democrático, de respeito. Qualquer instituição que se planeje, tem em vista seu processo de crescimento. Como qualquer outro projeto no País, ele é submetido a um conjunto de avaliadores que são seus próprios pares. A universidade não perde nada na sua autonomia, quando ao submeter um projeto, ele é examinado por pares. A universidade tem plena autonomia de decidir se entra ou

não e, em entrando, atende a alguns elementos que balizam o projeto. Entre eles, a relação professor-aluno. Foi muito bem vista a crítica de que deveríamos levar em conta os parâmetros da pós-graduação. A crítica foi acatada. Portanto, quanto mais uma instituição tem pós-graduações e es-



de doutorado, você elimina um professor. A cada seis estudantes de mestrado, você elimina outro professor. Ao final, a relação não necessariamente é um para dezoito. Outra crítica que se faz é a questão da idéia de que você tem evasão da ordem só de dez por cento. Alguns leram erroneamente que esses 10% implicavam um incentivo para a universidade aprovar mais. Não é necessariamente isso. Nós temos pelo menos três universidades federais que têm índices de sucesso de pelo menos 90% entre os que entram e os que concluem. E não é porque elas aprovam mais. O que elas fazem é, a cada vacância, abrir automaticamente o processo simplificado seletivo, para ocupar aquela vaga. A outra crítica que se faz diz respeito à decisão democrática nas instituições. Podemos observar que dessas 37 universidades federais que aprovaram, a quase totalidade aprovou por unanimidade do conselho universitário ou expressiva maioria. Obviamente que grupos minoritários tiveram, cada qual à sua maneira, oportunidades de serem ouvidos e não convenceram os demais. Ao longo desse processo, o Ministério da Educação, em momento algum, tentou convencer os dirigentes, docentes, técnico-administrativos, estudantes. Foi uma deliberação feita dentro do que chamamos da mais

plena democracia.

UP – Duas questões fundamentais se colocam quando se pensa na expansão do ensino superior no Brasil: o déficit de pessoal e a ausência de rubrica específica para a assistência estudantil. O que o programa prevê sobre isso?

tas têm conceitos mais altos, mais ela pode levar isso em conta na relação professor-aluno.

UP – O senhor se refere à relação de dezoito alunos para um professor?

RM – Não é um para dezoito. Quando você tem o denominador que é o número de professores, a cada quatro estudantes

RM – A questão da expansão está in-

timamente associada aos recursos humanos. Mas é bom destacar que, nos últimos quatro anos, foram contratados docentes para as federais, mais do que o dobro do que havia sido anteriormente. A mesma realidade vale para técnico-administrativos. Se não bastasse isso, nesse momento, estão sendo autorizados provimentos de mais 2.880 docentes e mais 5 mil técnico-administrativos. Agora, especificamente para o Reuni, o Presidente da República estará, no começo de dezembro, enviando um projeto de lei para o Congresso Nacional, visando a autorização de mais treze mil vagas docentes e mais dez mil técnico-administrativos. O Reuni está explicitamente contido no Plano Plurianual de Orçamento da União (PPA). Mas ele é um programa a ser executado nos anos 2008, 2009, 2010 e 2011. Toda a parte de investimentos está contida em três anos. O orçamento que é para o último ano, 2011, é feito neste Governo. Mas não estamos executando aqui um programa simplesmente do Governo. Estamos tentando estabelecer bases muito firmes para que a política de educação superior seja um programa de Estado. Qualquer que seja o futuro governo, dificilmente vai pretender desmanchar boas ações. Como não fizemos com boas ações que existiam anteriormente.

UP – As últimas avaliações do ensino básico e ensino médio têm apontado sérias deficiências com relação à qualidade. Essa realidade é diferente no ensino superior público?

RM – O que podemos falar é de indicadores de qualidade. Vamos dizer que o Enade seja um indicador de qualidade. Se você pegar as quarenta áreas examinadas, observa-se, hoje, no País que as dez primeiras instituições são universidades federais. Obviamente é preciso destacar que a USP e a Unicamp não participaram. A universidade federal hoje é sim, para os padrões brasileiros, sinônimo de boa qualidade. Mas numa maneira de melhorar a qualidade do ensino é melhorar a qualidade dos estudantes que chegam. Há de se melhorar a educação básica. O

Projeto Universidade Aberta do Brasil, feito através das universidades federais, é a primeira ponte efetiva a estabelecer um compromisso das universidades federais na melhoria dos professores da educação básica. A Universidade Aberta do Brasil propiciará a dois milhões de professores da educação básica, da rede pública, a oportunidade de completar um curso superior. Agora no início de dezembro, o presidente Lula lançará o Pibid (Programa Institucional de Iniciação à Docência) somente para as federais. Teremos o

“Toda a parte de investimentos está contida em três anos. O orçamento que é para o último ano, 2011, é feito neste Governo. Mas não estamos executando aqui um programa simplesmente do Governo. Estamos tentando estabelecer bases muito firmes para que a política de educação superior seja um programa de Estado”

mesmo número de bolsas voltados para a iniciação à docência, exclusivamente para estudantes de licenciatura. Eles ganharão a bolsa para trabalhar na rede pública, fazendo atividades complementares. São elementos marcantes que associam a universidade ao compromisso de melhorar a educação básica.

UP – Vai passar a existir uma rubrica específica para a Assistência Estudantil, então?

RM – O Plano Nacional de Assistên-

cia Estudantil, que também será lançado no começo de dezembro, é um montante jamais vivenciado pelas universidades federais para prestar assistência ao estudante carente. Nosso objetivo é aumentar o número de estudantes carentes nas universidades. Isso refletirá uma nova realidade. Estão previstos para o ano que vem R\$ 130 milhões. Só para ter uma idéia de números, o total de custeio de todas as universidades federais, não estou falando de assistência estudantil, mas de custeio global – luz, telefone, infra-estrutura, segurança – em 2003, era de R\$ 350 milhões. Agora, ao invés de R\$ 350 milhões, temos R\$ 1,2 bilhão, e com o Reuni esse valor chagará à ordem de R\$ 2 bilhões. É um crescimento fantástico.

UP – Qual o lugar do ensino de pós-graduação nessa política de expansão? Como ele se articula com o que está se pensando em termos de política de produção científica no País?

RM – Todos os programas estão profundamente conectados com a pós-graduação. Os estudantes de mestrado e doutorado das universidades, que ganham bolsa do CNPq e da Capes, terão, pela primeira vez, a oportunidade de acumular uma outra bolsa que é da Universidade Aberta do Brasil. Ele vai poder, simultaneamente à distância, ser tutor. Sem sair de seu laboratório, contribuir com projeto de melhoria da qualidade da educação básica e acumular duas bolsas. Esse é um exemplo concreto de uma situação em que você remunera melhor o estudante de pós-graduação, não prejudica o andamento de seu trabalho, e prepara o profissional, durante seu tempo como estudante, enquanto docente ou auxiliar de docente.

UP – Duas iniciativas são especialmente polêmicas nas propostas de desenvolvimento do ensino superior no Brasil: o ensino a distância e o Programa Universidade para Todos (Prouni). O MEC já tem como avaliar os impactos dessas duas políticas?

RM – O Prouni foi muito mal entendido por setores que mal quiseram en-

tendê-lo. Mas ele fez uso de uma isenção tributária que existe, desde 1991, e que era, provavelmente, mal utilizada. Agora, garante a oportunidade de jovens carentes terem acesso à educação superior que, de outra forma, não teriam. Alguns educadores, quando o programa foi lançado, argumentaram que esses estudantes estariam sendo enganados, que iriam baixar a qualidade das instituições. Em novembro do ano passado, examinamos 405 mil estudantes no Enade, em 14 áreas de conhecimento. O resultado final não deixa margem para dúvidas. Os bolsistas do Prouni, comparados com seus colegas que não são bolsistas, nas 14 áreas examinadas, sem exceção, foram melhores. E em nove dos 14 casos foram muito melhores. A média dos resultados foi incrivelmente superior à média dos resultados dos outros bolsistas. O Prouni é um programa que hoje já atende mais de 300 mil candidatos. E esse número vai crescer de forma significativa. A educação a distância, que era algo, até alguns anos, exclusividade do setor privado, atualmente não é mais. O Governo Federal incentivou fortemente o ingresso das universidades federais para ministrar também na modalidade a distância. Os resultados deste ano apontam que os estudantes formados na modalidade têm a mesma qualidade que os presenciais e, em vários casos, apresentam rendimento superior. Com o ingresso cada vez mais intensivo das universidades federais, temos bons elementos para acreditar que, cada vez mais, esses estudantes vão se destacar positivamente. O grande mérito da educação a distância é influenciar positivamente a educação presencial para o uso de novas tecnologias. E de fato, o Brasil está caminhando para não aceitar esse conflito entre a distância e o presencial.

UP – Quais são as principais ações do Ministério no que toca à redução das desigualdades regionais no ensino superior? O Ceará, por exemplo, é um dos estados que só possui uma universidade federal, enquanto há estados com várias instituições.

RM – Como queremos uma integração territorial, nossos objetivos

são de alguma forma levar educação superior de qualidade. No nosso caso específico, com forte estímulo para a presença das universidades federais nas regiões mais remotas do País. Se não for possível criar uma universidade, estamos tentando levar campi para as regiões mais distantes. O fato de o Ceará ter somente uma universidade federal pode não ser tão grave, desde que essa universidade, como é o caso da UFC, tenha muita competência, muita qualidade e faça o seu crescimento de forma segura e madura, podendo exercê-lo, eventualmente, através da criação de novos campi.

UP – Como pesquisador de reconhecimento internacional, como o senhor avalia a qualidade da produção científica do País hoje?

RM – As pessoas, às vezes, não têm a verdadeira dimensão de como o Brasil tem crescido do ponto de vista da sua produção científica. O fato de, há pouco mais de uma década, termos praticamente dobrado nossa participação no bolo de produção científica internacional é elemento absolutamente surpreendente. Só demonstra que temos uma comunidade científica madura e competente. Temos áreas com maior produção, mas não temos nenhuma área no Brasil, hoje, que não tenha um conjunto de grupos produzindo no padrão internacional. A visão não tão otimista é que o País ainda não aprendeu a transformar esse enorme potencial para produzir ciência e tirar conseqüências, gerando tecnologia que possa impactar o setor produtivo. Mas isso simplesmente mostra que temos grandes desafios pela frente. De forma muito especial, eu destaco a UFC. Até onde eu posso acompanhar é uma universidade que tem se destacado por um crescimento impressionante de sua produção científica. Há áreas que eu conheço razoavelmente bem, onde a produção per capita por doutor supera todos os demais estados do País. Isso não é fácil. 





Déborah Braga (com o rádio), da Guarda Municipal, hoje, integra o Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Uma tropa diferente

A cada ano, 1.600 funcionários de instituições do Sistema de Segurança Pública vão fazer uma especialização. Em outubro, a UFC formou sua primeira turma do curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública

“Todo policial tem de escolher: ou se corrompe, ou se omite, ou vai pra guerra”. A frase do polêmico Capitão Nascimento, personagem vivido pelo ator Wagner Moura no filme *Tropa de Elite*, traduz o pensamento de grande parte dos cidadãos brasileiros que, imersos em uma onda aparentemente interminável de violência, perderam a confiança naqueles que deveriam oferecer segurança e tranquilidade para a população.

Na tentativa de transformar esse imaginário social, a Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (Se-

nasp), do Ministério da Justiça, deu início, em março deste ano, ao curso de Especialização em Cidadania, Direitos Humanos e Segurança Pública. No último mês de outubro, 44 funcionários de instituições do Sistema de Segurança Pública do Ceará receberam o título de especialistas pela conclusão do primeiro curso desse tipo oferecido pela UFC. Entre os formandos estavam agentes do Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal e polícias Militar, Civil e Federal.

A iniciativa é um dos eixos centrais do Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, implantado em 2006.

Entre as ações do programa está o apoio e financiamento a cursos de especialização e pós-graduação “stricto sensu” para as áreas de justiça, segurança pública, promoção e defesa social e administração penitenciária, com foco direcionado para a promoção e defesa dos direitos humanos.

Uma das primeiras ações do Plano foi a criação da Rede Nacional de Especialização em Segurança Pública (Renaesp), que prevê o credenciamento de Instituições de Ensino Superior (IES) para a realização de cursos “lato sensu” em Segurança Pública. Lançada em setembro de 2006, em Brasília, a Rede já conta com a participação de

22 universidades públicas e particulares do Distrito Federal e de mais 15 estados brasileiros, entre eles o Ceará.

A medida pretende mudar o perfil do agente policial, trabalhando a segurança de forma mais ampla, atendendo às reais necessidades da comunidade. “A gente não pode pensar numa polícia que chega agredindo, e sim, numa polícia que trabalhe com a prevenção, com a eficiência e inteligência”, diz a socióloga Celina Galvão, coordenadora do curso na UFC.

Segundo afirmou, o objetivo é formar gestores em segurança pública capazes de lidar com o assunto de forma mais humanizada. Ela aponta também a tentativa de oferecer aos agentes policiais novas reflexões sobre as práticas de violência e sobre seu cotidiano ao lado da comunidade.

A idéia é difundir entre as forças policiais conhecimentos que levem à construção de um novo modo de fazer segurança pública, comprometido com a cidadania e respeitador dos Direitos Humanos. Para isso, a Renaesp vem trabalhando com disciplinas como Sociologia, Antropologia, Ética, Violência Contra a Mulher e Direitos Humanos. Na UFC, o curso ofereceu 16 disciplinas, ministradas por um corpo docente composto, na sua maioria, por doutores da própria UFC e da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

As vagas da especialização foram abertas a todos os profissionais da área de segurança pública, independente do cargo exercido dentro da corporação da qual fazem parte. O único pré-requisito exigido para participar da seleção era a graduação em nível superior.

Para a coordenadora do curso, a qualificação precisa ser dirigida igualmente a todos os profissionais da área. “O policial, mesmo que não seja uma pessoa com poderes hierárquicos, está nas ruas no atendimento à população, então, ele precisa de

uma qualificação”, argumenta Galvão.

De acordo ela, a Senasp espera que, no próximo ano, 1% de toda a força policial brasileira já tenha concluído a especialização. Para chegar a esses números, o Fundo Nacional de Segurança Pública, através da Senasp, está disponibilizando cerca de R\$ 140 mil para cada universidade credenciada promover gratuitamente o curso de especialização.

Um estímulo ainda maior para os profissionais da área voltarem para a sala de aula deve vir dos próximos editais do curso. A partir de janeiro de 2008, começarão a ser distribuídas bolsas de estudo, entre R\$180 e R\$ 400 para aqueles pro-



O policial militar Claubert de Paula acredita no poder multiplicador dos que passaram pela Especialização

fissionais que recebem um salário de até R\$ 1.400. Além disso, a Renaesp pretende implantar também um curso de tecnologia em segurança pública, com duração de dois anos e meio. Para 2009, a previsão é de que seja implantando um curso de mestrado na área.

Mudança e multiplicação – Graduada em Letras, Déborah Braga decidiu não exercer a profissão e mergulhou no concorrido mundo dos concursos públicos. Hoje comandante de Pelotão de Ciclopatrulhamento da Guarda Municipal de Fortaleza, ela decidiu voltar para sala de aula quando soube do curso de especialização em Segurança Pública da UFC.

“Eu aliei a possibilidade de fazer uma

pós-graduação e aprimorar o meu trabalho”, diz a comandante. Quando entrou para a Guarda Municipal, conta, o treinamento que recebeu foi basicamente técnico. Daí o interesse em ampliar os conhecimentos na área de segurança e a procura por um curso mais teórico. “A gente saiu da visão do senso comum, passado pela mídia, e passou a ter uma visão mais sociológica sobre o assunto”, orgulha-se.

Como comandante de pelotão, Déborah pretende agora aplicar o que aprendeu com o curso e multiplicar os conhecimentos entre os colegas de trabalho. “Agora eu tenho outra base para a formação de pessoal e elaboração de ações da Guarda”. Segundo ela, os aprendizados da sala de aula serão levados para as ruas. A intenção da agente é levar aos colegas uma nova visão sobre a segurança pública, no sentido de eliminar preconceitos contra as minorias.

A idéia de dar continuidade às discussões de sala de aula foi levada tão a sério que, hoje, Déborah é uma das representantes do Ceará no Fórum Brasileiro de Segurança Pública, do qual participam funcionários de instituições da área em todo o País. Outro representante cearense

é o sub-comandante do 5º Batalhão da Polícia Militar, Claubert de Paula, que também recebeu o título de especialista em Segurança Pública pela UFC.

De Paula também acredita no papel multiplicador dos recém-formados. “Através da capacitação dos policiais com uma visão mais humana e defensora dos direitos das pessoas, seremos capazes de multiplicar nossos conhecimentos com os demais componentes das instituições às quais pertencemos”, garante o policial.

De acordo com a professora Celina Galvão, espera-se, agora, que “as Secretarias de Segurança dêem a contrapartida e coloquem essas pessoas em postos em que possam mostrar alguma diferença”. UF



Longe da sala de aula

Levantamento realizado pelo MEC revela o desestímulo da carreira docente para quem se forma em cursos universitários voltados para a atuação em sala de aula no Ensino Básico. 71,2% dos graduados em licenciaturas no País, nos últimos 25 anos, não seguem a profissão de professor nas escolas brasileiras.

Uma das respostas óbvias, o próprio MEC tem em números: mais de 50% dos professores trabalham 40 horas semanais para receber menos de R\$ 800 por mês. Por causa das baixas remunerações, os profissionais precisam se desdobrar para sobreviver, dando aulas em até três turnos, correndo de uma escola a outra, enfrentando precárias condições e difíceis relações de trabalho.

Além dos problemas comuns ao ambiente escolar, como salas lotadas, inexistência de material didático, indisciplina dos alunos, falta de apoio dos pais, incompatibilidades com o núcleo gestor, o professor tem um trabalho anterior e posterior ao tempo de permanência na escola, o de preparação e avaliação das

atividades.

Está traçado o cenário que faz com que 79,5% dos professores brasileiros se sintam desvalorizados pela sociedade, apontou a pesquisa *As emoções e os valores dos professores brasileiros*, encomendada pela Organização dos Estados Ibero-Americanos (OEI) e coordenada pela educadora e coordenadora dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), Maria Tereza Perez Soares.

No Ceará, um dos sete estados participantes da pesquisa, a situação não é diferente. Estudantes com inclinação natural para o ensino estão desistindo da carreira antes mesmo de começar. Aluno da Licenciatura em Física da UFC, Marcos Paulo Lima está a dois semestres de terminar o

curso, mas pediu transferência para Engenharia Mecânica. “Eu gosto de dar aula, mas o problema é o retorno financeiro”.

No mesmo dia em que foi solicitar a transferência, ouviu na fila depoimentos revelando que muitos alunos de Química também estão procurando migrar para a Engenharia Química. Coincidência ou não, Química e Física são as únicas áreas das licenciaturas que o MEC admite carência de professores por falta de formação na área.

Nas outras áreas, segundo o Governo, há mais formados do que a demanda para lecionar em todas as escolas de quinta a oitava séries e do Ensino Médio. A questão é que eles não estão indo para a sala de aula, lugar ocupado por quem não é

licenciado na área específica. Cerca de 15% dos professores do Ensino Médio e de 26% do Ensino Fundamental II não têm a formação exigida.

Em Física e Química, a situação é pior. Cerca de 90% dos educadores das escolas públicas não têm formação inicial nessas áreas. O coordenador da Licenciatura em Física da UFC, Afrânio Coelho, observa que o problema começa com a falta de base dos alunos, a maioria egressos de escolas públicas, o que leva a um alto índice de evasão logo no início do curso, quando são reprovados nas disciplinas.

Ele estima que, no começo do curso, quase 60% dos alunos desistem e, apenas cerca de 15%, concluem os estudos. “Ao fim do curso, apenas cinco ou seis, de um turma inicial de 40, estão se formando”.

Os que continuam apresentam, em geral, alto desempenho intelectual e, como o Magistério não é atrativo, buscam outras profissões. A realização de concursos públicos

tem sido uma das principais alternativas. O mestrando em Química, Elton Luz Lopes, fez outra opção: a pesquisa. Quando entrou na graduação, já no segundo semestre passou a frequentar os laboratórios e não parou mais.

Veio a bolsa de iniciação científica, o interesse pela atividade foi aumentando. Elton se graduou e já engatou o mestrado, que está prestes a concluir. “O caminho natural para mim é ser pesquisador, seguir carreira acadêmica. A realidade das escolas de Ensino Básico me leva a seguir esse caminho”, diz, já pensando no doutorado.

O colega dele, Jonas Maia, também fez Licenciatura em Química, insiste na escola básica, apesar da baixa remuneração e

das limitações das condições de ensino. “A Química é uma ciência fundamentalmente experimental. Para estimular os alunos e não comprometer o ensino, a gente precisa utilizar muita criatividade”.

Professor do Ensino Médio, ele foi contratado temporariamente pela rede estadual logo depois de concluída a licenciatura, há um ano, e continuou fazendo o bacharelado. Mas de uma coisa, ele está certo. “A realidade não é das melhores, mas por enquanto ainda acredito no ensino. Eu queria realmente dar aula”.

Para quem entrou no curso determi-



Elton Luz trocou a licenciatura pela pesquisa e hoje só pensa em seguir rumo ao doutorado na área de Química

nada a lecionar, as dificuldades ficam mais fáceis de superar. No último semestre de Letras, a estudante Shirliane Aguiar já ensina há três anos. “Adoro dar aula e já entrei no curso pensando em ir para a sala de aula”. Professora de Língua Portuguesa e Redação de escola da rede particular, estagiária pela segunda vez em escola pública, está satisfeita nos dois lugares.

Saber o que quer faz uma grande diferença. “Muitos alunos chegam aos cursos de licenciatura sem saber o que é uma”, observa Carmensita Matos, coordenadora de Formação Pedagógica das Licenciaturas da Pró-Reitoria de Graduação da UFC. “Muitos alunos, em qualquer área, nem sabem que o curso é para formar pro-

fessores e a licenciatura não tem foco na idéia de ensinar”, acrescenta o secretário adjunto da Educação Básica do Estado, Maurício Holanda.

Pelo que diz o secretário, também ex-professor da Faculdade de Educação, as licenciaturas, muitas vezes, são uma acomodação de facilidades. “Para a universidade, é mais fácil oferecer os cursos de licenciatura, pois são menos custosos e ela se sente atendendo a uma demanda social por Ensino Superior”.

As licenciaturas são tidas como cursos preferenciais para alunos de escola pública, em função da baixa concorrência. “Cursos como Matemática, Física, Química, Letras, Ciências Sociais, Agronomia existem porque existe escola pública. Os alunos das escolas particulares, em geral, não procuram esses cursos”, diz o coordenador do Curso de Matemática da UFC, Plácido Andrade.

Matemática é a área que apresenta maior carência de professores na rede estadual, representando cerca de 25% do total, seguida de

Química e Física, que juntas também somam 25%. O restante fica distribuído entre outras áreas, principalmente Biologia, Educação Física e Inglês. “Não temos um sistema que ofereça profissionais com formação nessas disciplinas que atendam à necessidade das escolas”, diz Maurício.

Segundo a secretária de Educação de Fortaleza, Ana Maria Fontenele, há carência em todas as áreas na rede municipal, algumas por falta de profissional com a formação exigida, como professor de Artes, e outras pelo próprio crescimento de cobertura da rede, como professor de Inglês. “No primeiro caso, a Prefeitura tenta resolver esse problema oferecendo cursos de capacitação e especialização”, observa.

Para ampliar o contato dos alunos com a prática de ensino, os cursos de licenciatura da UFC, a partir de 2005, cumprindo resolução do Conselho Nacional de Educação, implantaram novos currículos, ampliando para 400 horas o tempo de estágio logo a partir da metade do curso. “Antes, o estágio era de apenas 300 horas e já no fim do curso”, compara Carmensita Matos.

O que fazer?

O estímulo começa ainda na formação básica. Segundo o coordenador da Licenciatura em Física da UFC, Afrânio Coelho, a carência de professores licenciados precisa ser combatida ainda no Ensino Fundamental e Médio, oferecendo educação de qualidade para o aluno ingressar e continuar na universidade.

O professor defende a criação de estratégias que incentivem o aluno à prática do ensino, como bolsas de iniciação à docência, mas também façam com que ele se envolva com o curso, como a flexibilização da grade curricular e atividades culturais e desportivas. “Como muitos cursos de licenciatura são oferecidos apenas no período noturno, os estudantes precisam mais ainda de estímulo”.

O retorno dos licenciados à sala de aula, mesmo a partir dos novos graduados, não parece tão fácil. “É um processo sociohistórico de longa duração que vai levar muito tempo para mudar”, avalia



Shirliane Aguiar, formanda em Letras: feliz na sala de aula, sua opção desde que iniciou a graduação

Maurício Holanda. Remuneração, avaliação de desempenho, estruturação de carreira fazem parte desse processo.

A secretária municipal de Educação, Ana Maria Fontenele, defende que é preciso reduzir o máximo possível as condições que causam desconforto ao professor para estimulá-los e atrair os novos profissionais. “É importante a criação de incentivos pecuniários, dando retorno ao professor pelo tipo de atividade em sala de aula e em função de avaliação de desempenho, e para avançar na carreira”.

Bolsa para incentivar a docência

Sob o argumento da necessidade de oferecer maior atenção à formação dos futuros professores, sobretudo nas áreas com carência de professores no Ensino Básico, o ministro da Educação, Fernando Haddad, anunciou, em julho, a criação do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência para o próxi-

mo ano, nos mesmos moldes da oferta de bolsas de iniciação científica.

O governo promete conceder cerca de 20 mil bolsas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) para o desenvolvimento de projetos educacionais dentro das escolas públicas. Cada bolsa deverá ser no valor de R\$ 300, mas o montante para o apoio à formação de professores para a educação básica e o ingresso dos graduandos no ambiente escolar é de R\$ 75 milhões em 2008.

Outra ação do governo para aumentar o número de licenciados é pela educação a distância, via projeto Universidade Aberta do Brasil. Pela UFC, em parceria com os governos do Estado e dos municípios, começou em setembro o curso semipresencial de Licenciatura em Física, presente em Aracati, Barbalha, Quixeramobim, Russas e São Gonçalo do Amarante.

O Ministério da Educação criou também o Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício no Ensino Fundamental e no Ensino Médio (Pró-Licenciatura), dirigido a professores que dão aula no sistema público sem ter a habilitação legal – a licenciatura. A meta do governo é formar 150 mil profissionais em cursos a distância até 2012.



Carmensita Matos: por desinformação, alunos chegam à licenciatura sem saber do que se trata

A água é responsável pela existência da vida. Nós somos responsáveis pela qualidade da água.

A Cagece tem consciência de que o seu trabalho deve ser feito sem agredir a natureza, preservando o meio ambiente. Por isso, toma cuidados que começam com a captação da água e vão até a conscientização da população para seu uso racional, providenciando sua devolução à natureza devidamente tratada. Isto inclui a realização, em parceria com a UFC, de uma pesquisa para o reúso de águas residuais nas áreas de piscicultura e fertirrigação. Atitudes como essa resultaram em reconhecimento nacional, traduzido nos prêmios conquistados pela Cagece. Mas a nossa maior recompensa é contribuir para um meio ambiente saudável e economicamente sustentável.

www.cagece.com.br

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ



O lugar do esporte

Centro esportivo do Campus do Pici passa por reestruturação e ampliação. Intervenções vão possibilitar melhorias na prática esportiva da comunidade acadêmica e de pessoas beneficiadas por projetos de extensão nas áreas de Educação Física e Saúde

A curto e médio prazos, dependendo da alocação de recursos financeiros, a Universidade Federal do Ceará passará a ter um centro esportivo compatível com seu tamanho e importância. O atual parque de esportes da UFC, no Campus do Pici, está sendo restaurado e ampliado para atender os segmentos de alunos, professores, servidores e a comunidade externa – pelo menos 3.500 crianças, adolescentes e jovens, além de adultos e idosos. Mais do que espaço para disciplinas práticas aos estudantes de Educação Física, a expectativa é que o local ofereça melhores condições para a prática esportiva e de lazer por usuários dos três campi e possa inclusive abrigar grandes competições.

“A UFC tem o maior parque aquático

da cidade. Há 15 anos, sediamos o campeonato brasileiro de natação. De lá para cá, não houve mais nenhuma competição importante nesse espaço”, observa o coordenador de Educação Física, Desporto e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, professor Antônio Barroso Lima. Para compensar o tempo e o espaço perdidos, essa parte está sendo toda reformada e, dentro de alguns dias, já se encontrará em condições de pleno uso. O parque aquático será equipado com cabine de controle e poderá receber o sistema de cronometragem eletrônica da Federação Cearense de Desportos Aquáticos, aumentando as chances de voltar a sediar competições.

Os filtros da piscina, que não funcionavam há 13 anos, segundo Lima, foram

substituídos, um conjunto de bombas hidráulicas foi adquirido e a área ganhou iluminação e pisos novos. Com os ajustes todos, os alunos de Educação Física utilizarão o espaço para aulas práticas, os professores para melhor condicionamento físico e o público externo terá acesso a diversos projetos de extensão: iniciação em esportes aquáticos, entre eles pólo aquático e nado sincronizado, para crianças de cinco a 14 anos; e natação, hidroginástica e preparação em provas físicas de concursos, para jovens, adultos ou idosos.

A previsão é de que até o fim deste ano, além do parque aquático, estejam recuperados e ampliados o ginásio poliesportivo coberto e o espaço para futebol e sejam criadas duas quadras para esporte de praia.

A quadra poliesportiva do ginásio coberto passará a ter duas áreas laterais para prática de judô, capoeira e caratê e uma central para atividades de esporte coletivo. Para incrementar, em uma das laterais externas haverá também parede escalada para esportes radicais. O ginásio terá ainda duas salas de aula, almoxarifado próprio e vestiários para árbitros e atletas. As quadras de vôlei de praia e handebol de praia ficarão localizadas entre os campos de futebol e os blocos administrativos, que também passarão por reformas e adaptações.

Os projetos de recuperação dos três blocos do parque desportivo da UFC estão prontos para execução. O primeiro bloco, onde fica hoje o vestiário feminino, será ampliado para abrigar também o vestiário masculino. O bloco intermediário terá salas para almoxarifado, coordenação de curso, chefia de departamento, projetos de extensão, coordenação de educação física, desporto e lazer, secretaria, consultório médico, recepção, arquivo e copa. O terceiro bloco, onde funciona atualmente o vestiário masculino, será transformado em duas salas de aula para 50 alunos cada, um laboratório de biomecânica e outro de fisiologia e um salão para musculação.

Uma das idéias é fazer com que a maior parte do curso de Educação Física se desenvolva nas instalações do parque desportivo. Atualmente, os alunos cumprem a maioria das disciplinas na Faculdade de Educação, no Campus do Benfica. Em função de um público maior que vai freqüentar a área, o

projeto prevê a construção de uma cantina bem estruturada e duas áreas de convivência – uma coberta e outra aberta – onde haverá oportunidade de recreação, com jogos de xadrez, dama e tênis de mesa. Ao fim da execução de todo o projeto de revitalização e reforma, o centro desportivo da UFC deverá estar iluminado para uso também no período noturno, o que hoje não acontece.

Atletismo e condicionamento físico

A pista de atletismo do parque desportivo da UFC, inaugurada em 1995, vem sendo usada de forma inadequada. Além dos atletas, que utilizam o espaço para os treinamentos, a comunidade em geral recorre ao lugar para a prática de condicionamento físico. O coordenador de Educação Física, Desporto e Lazer da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, calcula que diariamente utilizam a pista de atletismo para esse fim em média 450 pessoas. “Elas chegam para caminhar, correr... A pista está sendo usada para condicionamento físico, mas não foi projetada para isso”, acrescenta.

Como consequência, o desgaste acelerado do espaço exige restauração de alto custo. Segundo o professor Lima, a empresa que construiu a pista apresentou um orçamento de R\$ 2,1 milhões para recuperação completa do local e R\$ 1,7 milhão para recuperação parcial. Como faltam recursos para cobrir a despesa, a UFC vai tentar obter o dinheiro com o Ministério do Esporte.

E para evitar que o problema se repita, ou seja, que a pista volte a ser usada para outros fins, o projeto de revitalização dos espaços e atividades esportivas da UFC contempla também uma pista de condicionamento físico, com marcadores de metragem, ocupando todo o espaço que cerca os campos de futebol, totalizando 800 metros. E com o suporte de alunos estagiários de Educação Física e Medicina, que devem prestar orientações sobre as atividades físicas e alimentação e fazer o monitoramento da freqüência cardíaca e pressão arterial, respectivamente.

Atualmente, a pista recebe atletas de diversos bairros de Fortaleza que se prepa-

ram para competições locais, regionais e nacionais. É pela manhã que atletas como o cadeirante Manoel Lins, 40, fazem os treinamentos. Portador de uma agenesia de tibia, uma má formação congênita nas pernas, Manoel treina na pista de atletismo da UFC desde 2002. Com a disciplina de um esportista que tem participado de várias competições para pessoas com deficiências, ele reveza de segunda a sexta-feira os treinamentos com lançamentos, sua especialidade, e as aulas de musculação, em academia.

Projetos para os públicos interno e externo

Com a recuperação e a adaptação do que hoje já existe e a criação de novos espaços no centro desportivo da UFC, vários projetos serão cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão, oferecendo oportunidades de esporte e lazer para a comunidade universitária e o público externo. Entre os projetos que devem ser cadastrados estão os de atividades físicas para a terceira idade, atividades desportivas de praia, educação física para a juventude, escolinhas de esportes, capoeira, triatlo e preparação física para concursos.

Atualmente, as instalações são utilizadas pelos estudantes de Educação Física da UFC para aulas práticas de atletismo, vôlei, basquete, caratê e futebol de salão e para poucos projetos de extensão – escolinha e treinamento de atletismo e triatlo, atividades de futebol e voleibol com estudantes de escolas públicas, recuperação de pacientes portadores de Hepatite C e transplantados de fígado – e dois projetos de pesquisa com adolescentes: um envolve grupo com sobrepeso e outro, grupo com obesidade.

Além do parque desportivo no Campus do Pici, a Quadra do CEU, no Campus do Benfica, deverá passar por intervenções para receber atividades desportivas e também culturais. “Todo esse projeto de revitalização dos espaços desportivos da UFC é importante porque traz mais uma oportunidade de convivência e integração, além de favorecer a atividade física, uma prática saudável para as pessoas”, avalia a Pró-Reitora de Assuntos Estudantis, Clarisse Ferreira Gomes.®



Prof. Lima: obras devem ser entregues no fim deste ano



O velho Estado Novo

Raimundo Madeira

70 anos depois da implantação do Estado Novo no Brasil, um olhar sobre o passado. Na tentativa de saber como foi o período para os cearenses, *Universidade Pública* consultou documentos e livros, ouviu historiadores e estudiosos e conversou com testemunhas do regime instaurado por Getúlio Vargas. O passado se faz presente no espaço geográfico. Vários nomes citados nas próximas páginas identificam ruas, avenidas, prédios, sem ser identificados pela população. São referências geográficas, mas também históricas, culturais, políticas e ideológicas

Era 1937. O rádio vivia sua fase áurea no Brasil – a televisão só chegaria 13 anos depois. A Ceará Rádio Clube, então PRE 9, era a única emissora no território estadual. Valendo-se desse importante meio de comunicação, o presidente Getúlio Vargas fez um longo e grave pronunciamento à nação na noite de 10 de novembro. A “proclamação ao povo brasileiro”, irradiada do Palácio Guanabara, no Rio de Janeiro, para todo o País, encerrava-se assim: “Restauremos a Nação na sua autoridade e liberdade de ação: na sua autoridade, dando-lhe os instrumentos de poder real e efetivo com que possa sobrepor-se às influências desagregadoras, internas ou externas; na sua liberdade, abrindo o plenário do julgamento nacional sobre os meios e os fins do governo e deixando-a construir livremente a sua história e o seu destino”.

Começava o Estado Novo. Embora o pronunciamento enfatizasse as palavras “autoridade” e “liberdade”, a primeira já prevalecia e continuou prevalecendo sobre a segunda. O que o presidente fez foi dar um golpe, instaurando de vez no País uma ditadura, legitimada agora por uma nova constituição, que extinguiu partidos políticos e impedia eleições, conhecida depois como “Polaca” por ter se inspirado na Constituição da Polônia, de tendência fascista. O governo fechou todas as casas legislativas, cassando automaticamente todos os mandatos, entre eles os de 15 vereadores de Fortaleza eleitos em 1936. Um deles era o ferroviário Waldemar Cabral Caracas, hoje com 100 anos. A notícia do golpe lhe veio como um presente de grego. Vereador de primeiro mandato, havia completado 30 anos um dia antes, em 9 de novembro.

Na parede da sala do apartamento onde mora, Caracas mantém o quadro com a reprodução das fotografias dos 15 vereadores e do então prefeito de Fortaleza, Raimundo Alencar Araripe. O Estado Novo impediu a trajetória política de Caracas, eleito pelo Partido Republicano Progressista (PRP), e da primeira mulher cearense a conquistar um mandato eletivo, a professora aposentada Maria de Jesus Melo, vereadora pelo Partido Integralista.

A partir de então, o cearense nascido em Pacoti, admirador do presidente da República, virou um desafeto de Vargas. “Eu sou um anti-getulista porque ele cassou o mandato que me foi dado pelo povo”, explica Caracas.

Caracterizado pelo forte controle social, intervencionismo estatal na economia e centralismo político-administrativo, o Estado Novo limitou o poder nos estados e municípios. Os governadores passaram a ser interventores nomeados pelo presidente, que por sua vez indicavam os prefeitos.



Waldemar Caracas teve mandato de vereador cassado pelo Estado Novo

As eleições para sucessão de Getúlio estavam marcadas para dois meses depois, mas o governo já havia sido ameaçado pela Intentona Comunista, em 1935, e denunciava a existência de um novo plano comunista para tomar o poder, o Plano Cohen. Tarde demais. O clima de tensão, com o temor da população diante da possibilidade da implantação do socialismo no Brasil, era propício ao que Vargas pretendia. O presidente já havia articulado com o Congresso a criação da Lei de Segurança Nacional, em 1935 e, aproveitando-se da situação e da própria lei, deu o golpe que o manteve por mais oito anos no poder.

O golpe contou com o apoio do Exército, seduzido pela postura fortemente nacionalista e anti-comunista de Vargas. “O que ele mais focalizava para sustentar o discurso do Estado Novo era a questão da unidade nacional”, avalia o pesquisador do Núcleo de Documentação Cultural da UFC (Nudoc), Francisco Moreira. Foi esse mesmo discurso que atraiu até setores da intelectualidade. O golpe tinha a simpatia da classe média. No Ceará, apoiaram o regime intelectuais expressivos, como os advogados José Martins Rodrigues e Fran Martins. O primeiro foi secretário da Fazenda, o segundo foi chefe do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (Deip), braço da censura. Os dois eram aliados de outro intelectual e sustentáculo local do Estado Novo, o interventor Menezes Pimentel.

Segundo o único ministro de João Goulart ainda vivo, o cearense de Crateús Expedito Machado, o interventor conseguiu construir uma grande equipe e realizar uma boa administração. “Foi um homem muito honesto, competente, rigoroso”. E conservador. A liderança política de Menezes Pimentel, natural de Santa Quitéria, estava atrelada à Igreja Católica. Nas eleições indiretas de 1935, foi eleito governador pela Liga Eleitoral Católica (LEC), fundada no Ceará em 1933 e que logo se transformou em partido político e forte – a LEC elegeu a maioria dos deputados, o que garantiu a vitória de Pimentel.

“Era um movimento extremamente conservador”, resume o historiador Francisco Moreira. O representante mais expressivo da LEC no Ceará foi o advogado Waldemar Falcão (1895-1946), que se elegeu deputado federal constituinte em 1934. Assumidamente fascista e anti-comunista, Falcão, nascido em Baturité, seria depois ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, com a implantação do Estado Novo. Foi, portanto, pelas mãos de um cearense que o Brasil passou a ter o que hoje é considerado um dos principais legados da Era Vargas: os avanços nas áreas previdenciária e trabalhista.

“À frente dessa pasta, intensificou o controle das organizações sindicais pelo

governo, introduziu o imposto sindical, regulamentou o salário mínimo, criou o Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (Ipase) e regulamentou a Justiça do Trabalho”, aponta o Centro de Pesquisa e Documentação Histórica Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas. Em 1938, Waldemar Falcão chegou a presidir a Conferência Internacional do Trabalho, em Genebra. “A elite cearense estava presente no plano estadual e nacional”, observa a professora do Departamento de História da UFC, Simone de Souza.

Além da Liga Eleitoral Católica, o conservadorismo que apoiou o Estado Novo no Ceará era representado ainda pela União dos Moços Católicos, da qual diversos setores da sociedade local faziam parte, e pela Legião Cearense do Trabalho (LCT), organização operária corporativista, anticomunista e antiliberal que existiu entre 1931 e 1937. A LEC, os círculos operários católicos e a LCT “colaboram na montagem de um projeto político para o operariado cearense, educando-o para, juntamente com os patrões, fundarem uma sociedade em que a organização corporativista das classes impede as manifestações dos conflitos sociais”, acrescenta Simone de Souza no livro *Uma nova história do Ceará*. A extinção dessas organizações com o Estado Novo não mudou a postura adésista da Igreja. “A Igreja tem um papel fundamental, falando bem do governo, acomodando a população”, observa o historiador Lindercy Lins, mestre em História Social pela UFC.

Outro setor que, se não apoiou, não fez oposição ao regime foi a imprensa. Além da falta de liberdade para fazer a crítica, já não havia entre os jornais locais o mesmo caráter combativo da República Velha. *O Nordeste* era ligado à Igreja Católica, com a qual o interventor mantinha estreitas ligações, e *O Estado*, segundo Simone de Souza, atuou quase como portavoz da Interventoria. “*O Estado* funciona como propagandista do Estado Novo no Ceará”. De todos os jornais, que ainda incluíam *O Unitário*, *Gazeta de Notícias*

e *Correio do Ceará*, o mais censurado foi *O Povo*.

Resistência e repressão

Se a Igreja e a imprensa eram setores onde o apoio ao Estado Novo no Ceará era quase total e permanente, havia outros segmentos que se comportavam diferente, chegando até mesmo a oferecer alguma



Antônio dos Santos Teixeira participou de protesto contra a deportação de Olga Benário para a Alemanha

resistência. Dentro da própria intelectualidade, o governo Vargas fez suas vítimas antes mesmo de 10 de novembro de 1937. Acusada de comunista e por assumir posturas contrárias à ditadura, a escritora Rachel de Queiroz (1910-2003) foi presa várias vezes.

E foram os comunistas o principal alvo da repressão de Vargas. “Bastava a suspeita de ser comunista para ser preso ou perseguido. As liberdades ficaram muito limitadas”, lembra o igatuense José Júlio Cavalcante, hoje com 89 anos, vereador

de Fortaleza nas eleições de 1947, primeiro pleito municipal após o Estado Novo. Durante o regime, ele saía para as reuniões do PCB, que atuava na clandestinidade, e não dizia à mulher para onde ia. Era um perigo. José Júlio foi levado ao partido pelas mãos do médico Isnard Teixeira (1912-1998) e do militar do Exército Antonio Santos Teixeira, ambos naturais de Itapipoca e testemunhas de um dos momentos mais polêmicos da Era Vargas. Eles estavam presos no Rio de Janeiro, em 1936, quando o presidente autorizou a deportação para a Alemanha de Olga Benário (1908-1942), grávida de Luís Carlos Prestes (1898-1990) – a comunista de origem judaica acabaria morta em um campo de concentração nazista.

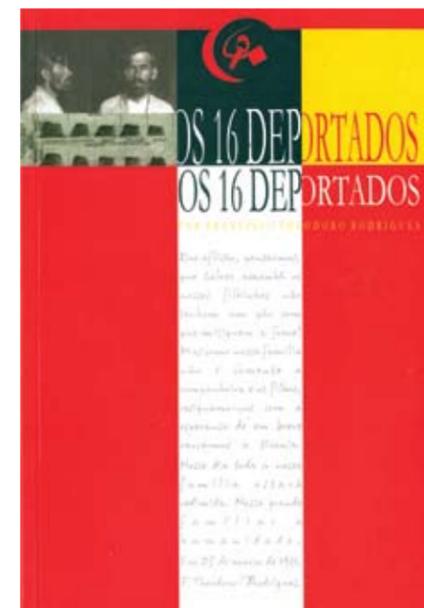
O protesto coletivo realizado pelos presos e narrado pelo escritor Graciliano Ramos (1892-1953) em *Memórias do Cárcere* teve a participação dos dois cearenses. “Todos os presos políticos se manifestaram contra a deportação e houve então um quebra-quebra de panela, marmitta, tudo o que a gente tinha em mãos, um protesto que durou muito tempo”, lembra Teixeira, hoje com 98 anos, preso também várias vezes e em várias cidades. Na primeira prisão, em 1930, era acusado de chefiar uma revolução comunista no Rio, mas não sabia sequer o que significava o comunismo. Ao sair da prisão, comprou cinco livros sobre o assunto, inclusive o resumo de *O Capital*, de Karl Marx (1818-1883), e virou um comunista convicto.

Antonio dos Santos Teixeira e Isnard Teixeira estiveram nos porões imundos das torturas e privações descritas em *Memórias do Cárcere*. No livro, Graciliano Ramos chega a fazer referência a Isnard, um dos “médicos do Pavilhão, atentos à higiene”, como bom sanitarista que era. “Franzino e miúdo”, “apareceu descalço, com bagagem reduzida: um pijama e uma escova de dentes”. Outro registro contundente do período inicial da Era Vargas e cuja importância documental é comparável ao livro do alagoano foi feito por um jornalista cearense, Francisco Theodoro

Rodrigues (1896-1952), comunista também preso diversas vezes e em diferentes locais.

Natural de Granja, Theodoro sofreu a primeira prisão na vizinha Camocim, em 1931, sendo em seguida transferido com mais 15 cearenses militantes do PCB para o Rio. Entre eles, estava uma mulher, Luísa Costa, de 23 anos, tecelã de uma fábrica em Fortaleza, “esforçada defensora dos ideais proletários”, presa só “porque teve a altivez de protestar contra a atitude de um patrão reacionário”. Além dela, havia padeiros, operários, lavradores, todos cidadãos entre 23 e 44 anos. Os 16 deportados faziam parte de um grupo maior preso entre 19 e 25 de janeiro de 1931. Foram presos 56 operários no Ceará, todos tidos como comunistas, que organizaram naquele mês a Marcha contra a Fome, manifestação contra o novo regime, crescimento da miséria e do desemprego.

Os manuscritos sobre essa experiência foram apreendidos na segunda prisão de Theodoro, em 1932, e publicados em livro quase 70 anos depois, em 2000, pelo Arquivo Público do Rio de Janeiro. *Os 16 deportados* foi escrito em forma de diário. Nele, o autor denuncia fome, doen-



Livro narra memórias do militante comunista Theodoro Rodrigues na prisão no Rio de Janeiro

ça, superlotação e maus-tratos na prisão. “Quanto aos suplícios, são os mesmos de todos os tempos. Veio a Independência, a República, a Aliança Liberal e a sala, se mudou de local, não mudou contudo o regime do açoite”, referia-se à sala de tortura que continuava em uso. “Quem ler com mais atenção o que acabo de expor poderá julgar qual era o nosso abatimento de nervos, a nossa fadiga e perturbação de espírito. Sem nunca termos passado por tais peripécias, era o caso de alguns terem enlouquecido, se a resignação não fosse a nossa companheira inseparável”, descreve à página 33.

A truculência iria piorar nos anos seguintes. O escritor e jornalista Joel Silveira (1918-2007) chegou a dizer que, com o Estado Novo, e o temido Filinto Müller (1900-1973) como chefe da Polícia Política entre 1933 e 1942, a Alemanha enviou para o Brasil elementos da Gestapo, por meio do que ele chama de “primeiro acordo internacional de torturadores”. “Então começou a surgir a tortura científica. Porque até aquela época era na base do casete mesmo. Logo depois do golpe a coisa foi terrível, vários morreram, tem gente mutilada”, revelou o jornalista à *Folha de São Paulo* em 1979.

No Ceará, a benevolência do Estado Novo é apenas uma imagem construída, segundo a professora Simone de Souza. Se não foi tão truculento como em Pernambuco, por exemplo, também fez suas vítimas no Ceará, perseguindo e prendendo. A imagem de benevolência talvez tenha relação com a figura do interventor, Menezes Pimentel, muito ligado a grupos católicos. “Monsenhor Tabosa o construiu como intelectual católico”, observa Simone. “Em qualquer lugar, o Estado Novo foi truculento. Mais por causa da Igreja é que se construiu essa imagem de bom interventor no Ceará”.

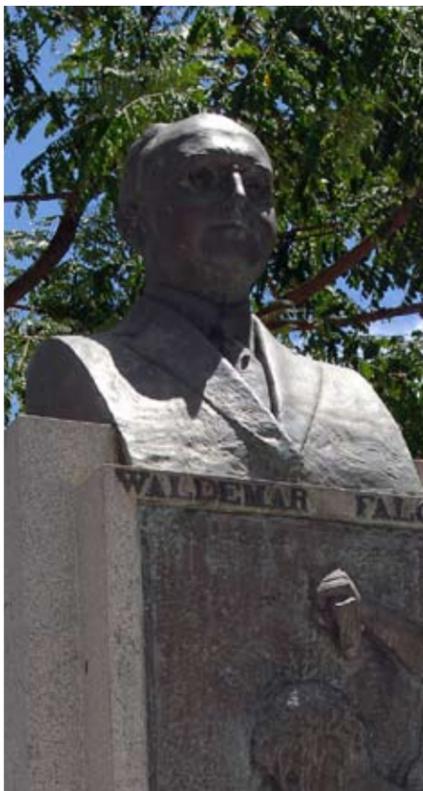
A repressão a dois movimentos sociais nordestinos da época, o Caldeirão e o Cangaço, aconteceu sob ordens de Getúlio. O livro *De Caldeirão a Pau de Colher*, do geólogo Ruy Bacelar, cita que o presidente exigiu uma ação dos interventores. “Acabem com eles a todo preço senão serão destituídos”, teria dito. Os movi-

mentos exerciam influência sobre a população, o que poderia lhe despertar mais autonomia política, econômica e social, o que incomodava às elites, sobretudo os latifundiários, a Igreja e o próprio Estado Novo, cuja idéia do “novo homem” que procurava construir era incompatível com a independência e a rebeldia que esses movimentos representavam.

O Cangaço desafiava o governo e as elites, pois assaltava fazendas, seqüestrava coronéis e promovia saques. Os seus principais representantes, que agiam em todo o Nordeste, o pernambucano Virgulino Ferreira, o Lampião, e o alagoano Cristiano Gomes da Silva Cleto, o Corisco, foram mortos pela Polícia. O Caldeirão era um sítio no município cearense do Crato, onde durante dez anos, sob o comando do beato José Lourenço, os camponeses viveram uma experiência de divisão igualitária da produção. Em setembro de 1936, o sítio foi incendiado e bombardeado. Em reação, camponeses armaram uma emboscada, matando alguns policiais. A Polícia promoveu então um massacre de agricultores, cuja estimativa do número de mortos ultrapassa 300.

Com a implantação do Estado Novo, a repressão imediata se reveste do velho discurso em nome da moral e dos bons costumes. “O regime instaurado ainda fecharia as lojas maçônicas e centros espíritas na capital e no interior do Estado, as livrarias tiveram seus estoques revisados para apreensão de livros e revistas portadoras de filosofia e ensinamentos que procuravam fazer vingar doutrinas subversivas no espírito do povo. Foi instado um serviço de controle e de pensões e hotéis”, descreve o pesquisador Francisco Moreira.

O período imediatamente anterior à decretação do Estado Novo “foi mais de um mês de preparação infra-estrutural e de propaganda ideológica, mexendo com a emoção coletiva”, a partir de 4 de outubro, segundo o professor de História da Universidade Estadual do Ceará, Erick Araújo. Ele reforça que, nesse ínterim, até centros espíritas foram fechados em Fortaleza. Um dos motivos possíveis seria a intervenção da Igreja Católica. “A Igreja apoiou e ajudou a gerir esse Estado”. Com



Busto do ex-ministro Waldemar Falcão no Centro de Fortaleza

o Estado Novo, continuou a perseguição a outros credos e expressões religiosas, como macumba e catimbó. “Houve prisões, fechamentos de centros, execrações públicas, estigmatização muito forte”, diz Erick, que defendeu na Universidade de São Paulo (USP) a tese de doutorado *Nos labirintos da cidade: Estado Novo e o cotidiano das classes populares em Fortaleza*.

A implantação do Estado Novo obrigou os sindicatos a se atrelarem ao governo. Se houve espaço para a resistência à ditadura de Vargas, ela partiu de poucas organizações de trabalhadores, como gráficos, sapateiros, alfaiates e funcionários da Companhia de Força e Luz, a Light, segundo Francisco Moreira. Os resistentes eram quase todos ligados ao PCB.

“Poucos eram os que tinham coragem de fazer oposição ao regime, pois eram perseguidos e presos”, observa o advogado e militante histórico do PCB, Tarcísio Leitão. Entre os intelectuais, um dos mais expressivos foi o professor, jornalista e escritor Jader de Carvalho (1902-1985).

Combativo, foi preso várias vezes nas décadas de 30 e 40. A mais emblemática das prisões foi quando fazia um discurso contra a ditadura e em defesa da adesão do Brasil aos aliados na Segunda Guerra Mundial, enquanto Vargas ainda se mostrava indeciso sobre qual grupo de países apoiaria. “Getúlio mandou abrir processo contra meu pai no Tribunal de Segurança Nacional, na capital do País, no qual foi defendido pelo famoso advogado Victor do Espírito Santo, que apesar de todas as suas habilidades, não conseguiu evitar uma pena de 25 anos de reclusão”, descreve o jornalista e filho Cid Carvalho.

O escritor ficou preso de 1943 a 1945, mas veio a queda de Vargas e ele foi solto. Além das prisões, Jader de Carvalho, que já era professor do Liceu do Ceará quando da implantação do Estado Novo, perdeu o lugar na mais famosa escola do Estado, voltando a lecionar também só após o fim do regime. Hoje aos 72 anos, Cid Carvalho, que tinha apenas dez anos quando o Estado Novo ruiu, lembra que a casa onde morava vivia cercada por policiais.

Dinâmica relação entre classes populares e Estado

Durante o Estado Novo, as classes populares de Fortaleza estabeleceram com o governo e outras instituições relações muito dinâmicas, que se caracterizavam ora pela adesão, ora pela resistência, mas, sobretudo, pela negociação. “Havia a adesão, com um elenco de cumplicidade com o sistema; a resistência passiva, que não era frontal com o regime, e a radicalizada, que evitava intermediações, como da imprensa e de advogados; e a negociação, que representava o maior volume de casos”, descreve o historiador Erick Araújo.

Em função dos interesses, as classes populares se aproximavam ou se distanciavam das instituições. Sem desconsiderar o autoritarismo em voga, segundo o professor, é um mito que a sociedade estivesse completamente imobilizada e muita precipitação colocá-la apenas como refém do Estado. “O Estado Novo não impediu inteiramente as reações da população, que manteve uma relação inteligente, difícil de

ser compreendida por aqueles que querem fazer patrulhamento ideológico ou enquadramento em conceitos como alienados, desmobilizados”, avalia Erick.

As muitas faces de Vargas

Ele cultivou veneração e ódio. Se no plano político centralizou o poder, impôs um forte controle sobre a sociedade e perseguiu os opositores, no plano social criou uma legislação nas áreas trabalhista e previdenciária que ainda hoje é lembrada como referência a favor dos trabalhadores e no plano desenvolvimentista abriu os caminhos para a industrialização brasileira e a modernização do Estado.

Apesar da repressão que o Estado Novo e a própria Era Vargas representaram, Getúlio Dornelles Vargas deixou um legado que, após 53 anos de sua morte, é reconhecido mesmo por quem foi perseguido



Busto em homenagem a Getúlio Vargas, na Praça dos Voluntários, em Fortaleza

pelo seu governo. “Ele regulamentou o salário dos trabalhadores”, cita o comunista Antonio dos Santos Teixeira, preso várias vezes. “Ele promoveu avanços na legislação trabalhista, na época uma das mais avançadas do mundo”, admite José Júlio Cavalcante, também comunista.

Vargas foi também um exaltado nacionalista. “Preservou a independência nacional, mesmo sabendo manter boas relações internacionais”, observa o advogado Tarcísio Leitão. Preso várias vezes durante o regime implantado entre 1964 e 1985, Tarcísio coloca Getúlio em posição de superioridade sobre os governos militares. “Eram bobocas fardados, não entendiam nada de estratégia militar ou política. Não teve nenhum Getúlio entre eles. Vargas era nacionalista, os militares eram entreguistas”.

Nacionalista e também populista, Getúlio gostava de encarnar o papel de pai dos pobres e cultivava isso. “O aniversário de Vargas era comemorado como de um ente querido muito próximo”, reforça o historiador Erick Araújo. Inauguração de bustos, celebração de missas, uso de bandas musicais, tudo era festa para o presidente do Brasil na data do seu nascimento, 19 de abril. As festividades ocorriam em todo o País, repetindo-se no aniversário da decretação do Estado Novo e no dia 1º de maio. Segundo o historiador Lindericy Lins, que defendeu a dissertação de mestrado *Um dia, muitas histórias... Trajetória e concepções do 1º de Maio em Fortaleza da Primeira República ao Estado Novo*, no varguismo, “Igreja e Estado andavam de mãos dadas, rumo ao apagamento da memória militante” da data.

A estratégia era conferir ao 1º de Maio um caráter festivo, cívico e de exaltação das conquistas oferecidas pelo Estado Novo aos trabalhadores. Assim, foram postas

sempre para a data inaugurações como dos bustos do ministro do Trabalho Waldemar Falcão (1939) e de Vargas (1941). Dessa forma, mesmo distante, Getúlio se fazia presente na vida do povo. A figura mítica de Vargas não se desconstruiu nem com o fim do Estado Novo. Em 1950, ele retoma o poder, eleito por voto direto. A frase escrita antes do controverso suicídio, quatro anos depois, só reforçaria o mito que ele sempre quis construir em torno de si. “Deixo a vida para entrar na história”.

Fortaleza em um contexto de guerra

O Estado Novo coincidiu com a Segunda Guerra Mundial, que teve início em 1939. A distância do Ceará do centro



O Obelisco da Vitória, em frente à Faculdade de Direito da UFC, erguido em 1943, é símbolo da resistência dos estudantes contra o totalitarismo

do poder não o manteve distanciado do grande conflito. A notícia do torpedeamento de navios brasileiros na costa cearense pelas forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão) provocou a reação da população e instaurou um clima de medo, mas também de revolta. A cidade, que chega ao fim da guerra com pouco mais de 200 mil habitantes, cerca de 8% da população do Estado, entrou em polvorosa. O episódio mais marcante desse período foi o quebra-quebra promovido no dia 18 de agosto de 1942, em Fortaleza, contra o que re-

presentasse os países do Eixo na Capital. As instalações mais atingidas foram as da Casa Veneza, importante loja de calçados na época, nas proximidades da Praça do Ferreira, que foi depredada, saqueada e incendiada.

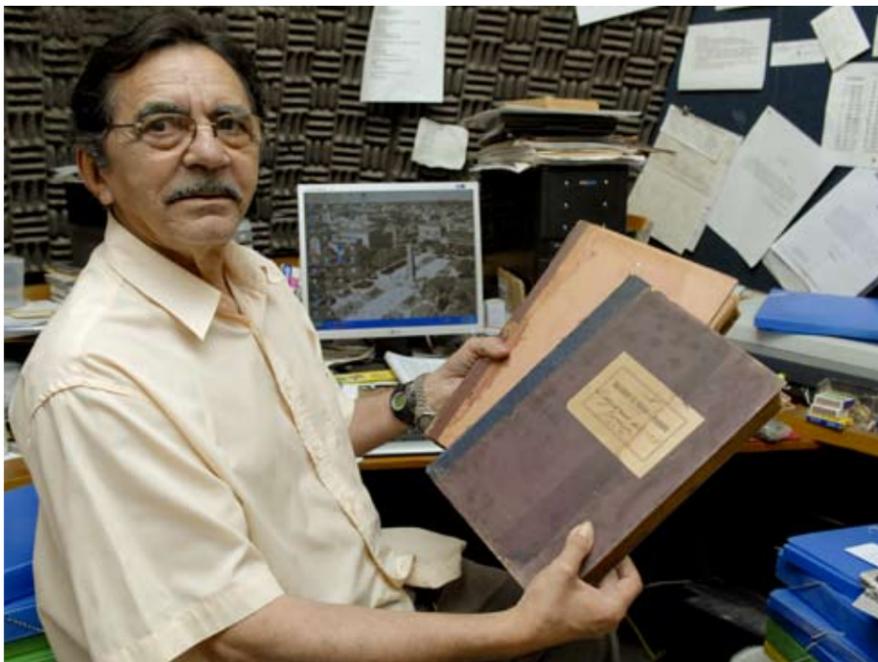
“As crianças ficavam apavoradas, armavam-se de baladeira para atirar nos alemães se aqui chegassem. Eu mesmo fui uma delas”, lembra o advogado Tarcísio Leitão, na época com apenas sete anos. A advogada Olga Nunes, hoje com 82 anos, lembra-se dos *blackouts* noturnos quando ia de bonde fazer o Pré-jurídico no Liceu do Ceará. “As luzes eram desligadas para não orientar os alemães em possíveis novos bombardeios”, explica o centenário Waldemar Caracas. A reação era instigada

pela propaganda política nacionalista do Estado Novo, reforçada por líderes políticos locais, embora Vargas tenha demorado até 1941 a se decidir pelo apoio aos aliados (Inglaterra, França, Estados Unidos e União Soviética). Era a reação legítima à ofensa ao Estado brasileiro.

Essa propaganda política se reproduzia também no discurso para convencer a população a entregar todo tipo de metal para a fabricação de armas e criar a sensação de participação do País na guerra, sentindo-se parte do Exército, mes-

mo não estando no conflito. “As pessoas também aproveitam para vender e ganhar um dinheiro a mais, também tirando proveito disso”, observa o historiador Erick Araújo. Com esses materiais, a população ajudava a erguer as famosas “pirâmides”. “Era panela, penico, tubo de pasta de dente, pilhas e pilhas de metal”, acrescenta Tarcísio Leitão.

O sentimento nacionalista fazia os estudantes se empenharem na campanha de arrecadação de dinheiro para erguer, em 1943, diante da Faculdade de Direito o



Nirez e os registros da Ceará Rádio Clube: músicas eram examinadas pelo Deip antes de serem tocadas

Obelisco da Vitória, “símbolo da consciência estudantil à resistência aos regimes totalitários”, como diz o jurista Paulo Bonavides, que participou do movimento como acadêmico de Direito. “Havia um movimento grande na faculdade. Nas escadarias, os alunos faziam discursos contra a ditadura, a guerra e o fascismo. Essas coisas todas se misturavam”, conta Olga Nunes, que entrou na faculdade em 1944, ano em que o Brasil acabou mandando 25 mil homens para combater na Itália. No dia 8 de maio de 1945, a guerra terminou. Cinco meses depois, o Estado Novo caiu.

Censura versus exaltação

Nos últimos dias de 1939, dois anos depois da implantação do Estado Novo, Getúlio Vargas criou o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Ao mesmo tempo em que institucionalizava a censura, apresentava a medida como incentivo ao desenvolvimento de uma produção cultural essencialmente nacional. Em um dos seus itens, o decreto diz, sem meias-palavras, ao que veio: “fazer a censura do teatro, do cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, da radio-

difusão, da literatura social e política, e da imprensa”.

O governo criou o DIP e seus braços nos estados. O Ceará passou a ter o seu Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (Deip), que seguia a mesma diretriz: controlar a informação e a liberdade de expressão e exaltar a figura do presidente e difundir a ideologia do Estado Novo.

O leque de atuação e o poderio de propaganda eram tamanhos que, aos estudantes, o DIP encaminhava cartilhas cívicas contando a história do Brasil sob o viés varguista e enaltecendo o presidente. “As falas, os discursos de Getúlio eram mandados para as escolas”, reforça a professora Simone de Souza.

A censura atingiu principalmente o rádio e os jornais. Getúlio, além de não desconsiderar o potencial de comunicação que o rádio tinha, serviu-se muito bem dele para propagar a ideologia do Estado Novo. Em 1940, o governo passa a controlar o mais importante veículo do País, a Rádio Nacional.

A música, que tinha o rádio como o meio mais importante de divulgação, sofreu forte controle. “Nas letras, era proibido o elogio à malandragem, enquanto se

incentivava o elogio ao trabalho”, compara o professor do Departamento de Filosofia da UFC, sociólogo e pesquisador da música brasileira, Dilmar Miranda.

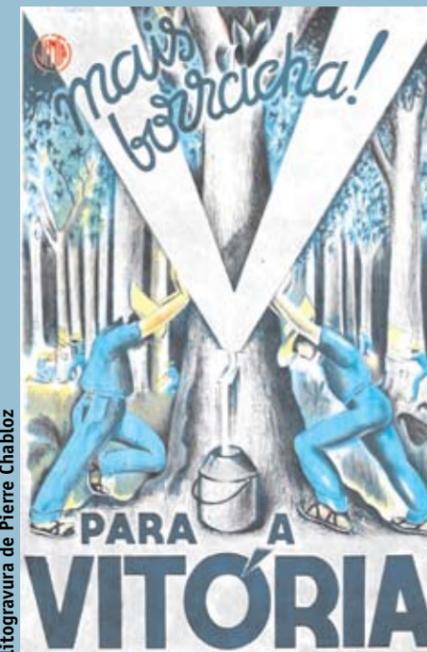
A Ceará Rádio Clube, instalada em 1933, licenciada no ano seguinte com o prefixo PRE 9, também sofreu vigilância. Com a criação do Deip, toda a programação da rádio e as composições tocadas eram submetidas à censura.

“Aqui não se fazia música de protesto ou de teor político. Eram sambas, valsinhas... A efervescência era na capital federal. Lá os compositores sofreram censura”, explica o pesquisador Miguel Ângelo Azevedo, o Nirez. De acordo com ele, pelo que se tem conhecimento até hoje, o Deip não chegou a impedir nenhuma das composições cearenses da época, mas todas passavam pelo crivo da censura. A prova, o pesquisador tem guardada na sua casa-museu: dois livros do período que estavam sob o poder da Polícia e lhe foram presenteados por “um conhecido”. Um dos volumes tem toda a programação da emissora de 16 a 31 de janeiro de 1945. Para cada página, o carimbo do Deip e a assinatura do diretor liberando o material para veiculação.

No segundo volume, de 1943, composições de mais de 40 autores cearenses ou radicados no Ceará. Uma das composições escapou do olho local do Estado Novo. A letra *No País do Samba*, de Moacir Ribeiro de Carvalho, era a antítese do que defendia o Estado Novo. “Vou formar meu ministério só de malandro escolado, pois falando muito sério, eu também sou diplomado. Quero ver minha nação com o samba bem formado sem revolução” era um dos trechos. Por que não teria sido censurada? “A música que tocava aqui não ia para o resto do Brasil. O Rio ditava a música para o País”, justifica Nirez.

No Ceará, o Deip foi dirigido pelo intelectual Fran Martins, irmão do fundador da UFC, Antônio Martins Filho (1904-2002). Uma das páginas do material adquirido por Nirez revela que o próprio Departamento chegou a ter um programa na rádio, o “programa do Deip”. O Departamento também promovia “curso de preparação anti-nazista”.¹⁶

Arigós viraram soldados da borracha no inferno verde



O Estado Novo e a guerra levaram para a Amazônia cearenses que nunca mais retornaram. Entre 1942 e 1945, o governo empreendeu enorme esforço para transportar até a região levadas de trabalhadores, a maioria do Ceará. Numa tentativa



Cearenses mobilizados para trabalhar na extração do látex seguem rumo ao Norte. No detalhe, cartaz incentiva a empreitada
(Foto: Aba Film/acervo Mauc)

de (re)colonizar a área, apresentar alternativa de trabalho aos agricultores vítimas da estiagem, ampliar as fronteiras agrícolas e atender a interesses dos Estados Unidos, que precisavam do látex brasileiro como matéria-prima estratégica para a guerra, milhares de pessoas foram mobilizadas.

Quase todas ficaram por lá, pois não tinham condições materiais para voltar ou morreram em conflitos ou vítimas de doenças para as quais não apresentavam imunidade. Os trabalhadores não encontraram na Amazônia o paraíso exaltado nos discursos de Vargas ou pintado nos cartazes de propaganda encomendados ao artista plástico suíço Pierre Chabloz. Incorporação de direitos sociais, por se tratar de um serviço patriótico; aquisição de dinheiro fácil, com possibilidade de virarem empresários da borracha... Promessas, sonhos que não se concretizaram.

O governo recrutava “voluntários”, mas muitos se viam obrigados a aceitar ou iam deslumbrados com a eficiente propaganda do Estado Novo. O Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores (Semta) foi criado em 1942, tendo Fortaleza como sede e postos de recrutamen-

to também no Interior. Há registros que apontam o número de até 60 mil trabalhadores mobilizados para compor o Exército da Borracha. “Eles foram recrutados em outros estados, mas em número pouco significativo”, compara Edson Holanda, professor do Departamento de História da UFC que, em 2005, defendeu na Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, a dissertação de mestrado *Ida ao Inferno Verde: Experiências da Migração de Trabalhadores do Ceará para a Amazônia (1942-1945)*.

Os trabalhadores foram levados para o que depois passariam a chamar de “inferno verde”. Além da luta pela sobrevivência e da pressão do governo, há de se considerar que também houvesse algum sentimento de patriotismo. Apesar de todas as intempéries, os arigós, como ficaram conhecidos os cearenses na região, numa referência às aves de arribação, também reagiram. “Logo na viagem, quando identificavam que o pacto não havia sido selado, desistiam, ficando pelo caminho, ou, chegando lá, não indo para o seringal e buscando outras formas de ocupação”, observa Holanda.



Biblioteca do Nudoc: de acervo de pesquisadores à fonte de consulta ampliada para estudantes de História

Tesouros em papel

Com regras e características próprias, as minibibliotecas da UFC estão ganhando espaço e importância entre a comunidade acadêmica. Atualmente, pelo menos oito acervos reunidos pelos próprios professores já são referência para alunos e pesquisadores

Raros, novos, esgotados, antiqüíssimos, inéditos. Muitas pérolas da literatura acadêmica nacional e internacional estão guardadas nas prateleiras de pequenas salas espalhadas pelas dependências da Universidade Federal do Ceará (UFC). Por não fazerem oficialmente parte do sistema interno de bibliotecas, as produções encontradas nesses locais compõem os acervos agregados da universidade, mais conhecidos como minibibliotecas.

Atualmente, a UFC conta com pelo menos oito bibliotecas desse tipo e apesar de muitos alunos e professores ainda nem saberem que existem, aos poucos, elas es-

tão ganhando espaço e importância entre a comunidade acadêmica. Isso pode ser percebido com o aumento da rotatividade, principalmente de alunos da pós-graduação, que buscam livros mais atualizados, dificilmente encontrados nas bibliotecas convencionais. Essa, aliás, é uma das principais características das minibibliotecas da UFC.

O acervo encontrado nestes locais é, geralmente, montado pelos próprios professores, que atualizam constantemente suas bibliotecas particulares para desenvolverem pesquisas. Seja por comodidade ou preferência, ao invés de levarem para casa,

os pesquisadores vão deixando os livros nas salas onde costumam trabalhar. E com uma aquisição aqui, uma doação ali, de repente, os lugares que antes eram utilizados como laboratórios ou salas de estudo acabam tornando-se minibibliotecas.

Foi assim com a biblioteca do Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO), coordenada pelo pesquisador e professor do Departamento de Ciências Sociais, Ismael Pordeus. Apesar de existir há apenas cinco anos, a minibiblioteca foi sendo montada ao longo de quase 30 anos de pesquisas acadêmicas do antropólogo e, hoje, já conta com mais de quatro mil títulos. Além de

livros, o local guarda também monografias, dissertações e teses de alunos, que fizeram parte do Laboratório ou foram orientados pelo pesquisador.

“Aqui a gente encontra um pouquinho da cultura imaterial de algumas partes do mundo. De religiões afro à mitologia”, diz Pordeus, hoje uma das maiores referências nos estudos de religião no Ceará. Segundo ele, boa parte dos títulos encontrados no LEO são estrangeiros, comprados com recursos próprios em viagens a países como França, Portugal e Cuba, locais onde realizou parte de suas pesquisas.

Além de uma boa bibliografia voltada para a cultura oral, ali podem ser pesquisados assuntos como antropologia da religião, sociologia, mitologia e até mesmo arte. Alguns clássicos internacionais como o cubano *El Monte* (1954), de Lydia Cabrera, só são encontrados na versão original e sem tradução. “Também têm muitos livros com edição esgotada”, aponta Pordeus, tal como o clássico *A Letra e a Voz* (1987), de Paul Zumthor.

Essas preciosidades, entretanto, não estão mais acessíveis à comunidade acadêmica como era a idéia inicial do pesquisador, quando decidiu transferir toda a sua biblioteca pessoal para a universidade. Desde dezembro de 2006, a minibiblioteca do LEO está fechada por falta de funcionários para trabalhar no local.

“O acervo se encontra todo catalogado no próprio laboratório, mas está fechado para os alunos porque não tem pessoal para cuidar”, lamenta o pesquisador. Por conta disso, a biblioteca agora só é aberta quando ele está trabalhando no local ou quando alunos que fazem parte do grupo de pesquisa do Laboratório vão até lá.

Suporte para os alunos

Também com o intuito de oferecer opções de leituras mais atualizadas e específicas aos alunos da UFC, professores ligados ao Núcleo de Pesquisas e Estudos Sociais (NEPs) deram início ao acervo da minibiblioteca do local. “A idéia de criá-la, foi porque a biblioteca oficial sempre está muito defasada. Ela tem clássicos, mas não tem revistas e produções recentes”, justifica a professora Elza Braga, coordenadora do NEPs.

O acervo foi montado a partir de recursos de projetos de pesquisa e hoje, soma mais de três mil livros e revistas científicas, sem contar com dissertações, teses e monografias. De acordo com a professora, a minibiblioteca dá suporte aos alunos da graduação e da pós, porém, a consulta ao acervo só pode ser *in loco*.

Além de ajudar os alunos, o acervo atualizado serviu também como uma estratégia para elevar o conceito de avaliação da

Capes para o curso de pós-graduação. “A gente leva o grupo de avaliação na biblioteca do Centro de Humanidades e depois traz aqui e eles vêem que elas se complementam”, diz a coordenadora. Segundo Elza Braga, falta cadastrar 40% de títulos da minibiblioteca do NEPs. “A idéia é que ela se torne uma biblioteca setorial e que, ao final da catalogação, consiga apoio para colocar um bibliotecário”, comenta Braga.

Espaços com características e regras próprias

Diferente das 16 bibliotecas oficiais da UFC, os acervos agregados têm regras administrativas próprias e sua organização fica a critério do professor ou funcionário responsável. Na minibiblioteca do LEO, por exemplo, todos os títulos estão catalogados em um sistema próprio de automação. Já na do NEPs, é utilizado o “Pergamum”, sistema de catalogação e consulta das bibliotecas oficiais da UFC. Mesmo assim, a maioria das minibibliotecas não disponibiliza serviços como empréstimos e reservas de livros.

Atualmente, só a minibiblioteca do Núcleo de Documentação Cultural (Nudoc) possui uma bibliotecária própria, o que permite com que o acervo de mais de 1.500 livros seja disponibilizado para empréstimo aos alunos da pós-graduação



Ismael Pordeus: preciosidades reunidas em 30 anos de pesquisas

do Departamento de História, onde está localizada.

Além de disponibilizar livros de base teórico-metodológica sobre história social e, principalmente, do Ceará, a minibiblioteca é rica em arquivos de história oral e documentações em geral, o que despertou o interesse também de alunos fora da pós-graduação. “Aqui era uma biblioteca privativa dos pesquisadores, mas foi só os alunos descobrirem que podiam encontrar verdadeiros tesouros que passaram a freqüentar o espaço”, conta a historiadora Simone de Souza, uma das fundadoras do acervo local.

De acordo com o diretor de Sistemas de Bibliotecas da UFC, Jonatan Soares, não existe nenhuma política da UFC para resolver a falta de bibliotecários nestes locais, uma vez que, segundo ele, é uma opção dos professores deixarem os acervos agregados fora das bibliotecas oficiais, onde estão os bibliotecários da Instituição. “Era para estes acervos estarem nas bibliotecas oficiais”, diz o diretor. Conforme explicou, os recursos humanos para a universidade são definidos pelo Ministério da Educação (MEC) e as minibibliotecas só poderiam ser atendidas, neste tipo de reivindicação, caso se adequassem às portarias que regulam as bibliotecas do sistema da UFC.

Rumo à organização e catalogação

Enquanto as bibliotecas oficiais da UFC somam 64.937 títulos somente de

livros, minibibliotecas como as da Casa José de Alencar e a do Museu de Arte da UFC (Mauc), sequer têm idéia de quantos títulos compõem o seu acervo. É que as duas ainda estão em pleno processo de levantamento e cadastramento.

Na minibiblioteca do Mauc, dos milhares de livros, publicações, catálogos e revistas de arte, até agora, apenas 28 estão no sistema on-line de bibliotecas da UFC. A consulta local, entretanto, só será liberada quando todo o acervo estiver organizado e catalogado, o que, segundo a bolsista Uerliane Barbosa, não há previsão de acontecer, pois o material é muito grande e o serviço é realizado apenas por dois alunos, com o auxílio de uma bibliotecária do Departamento de Arquitetura.

Alunos e pesquisadores terão que aguardar para poderem mergulhar entre as verdadeiras preciosidades guardadas no Mauc. Uma delas é o livro de visitas de sua instalação, de 1961. O documento tem registrada a presença do renomado pintor cearense Antônio Bandeira, cujas produções fizeram parte da primeira exposição do Mauc.

Essa diversidade do acervo começou a ser montada juntamente com a idealização do Museu. Quando deu início às coletas de obras culturais populares, o professor Antônio Martins Filho passou também a reunir um acervo sobre história da arte, música e biografias de artistas de diversas partes do mundo. A partir do momento em que o Mauc se constituiu como en-

tidade, começou-se um intercâmbio de produção com outros centros artísticos do País, meio utilizado até hoje como principal fonte de ampliação e renovação do acervo.

A doação de bibliotecas pessoais é outra forma pela qual o Museu diversifica ainda mais a sua minibiblioteca. Entre as mais significativas está a doação feita pela família do artista plástico e músico suíço Jean Pierre Chablouz, que entregou todo o acervo pessoal para a UFC. Além de livros, no material é possível encontrar diários pessoais, nos quais o artista conta sua passagem no Salão de Abril e fatos sobre a Segunda Guerra Mundial. 

Minibibliotecas:

- Biblioteca de Pós-Graduação em História (NUDOC)
- Núcleo de Desenvolvimento Lingüístico e Educacional da Criança (NUDELEC)
- Biblioteca da Casa de José de Alencar
- Biblioteca do Museu de Arte da UFC (MAUC)
- Procuradoria Geral da UFC
- Departamento de Ciência da Informação
- Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais (NEPS)
- Laboratório de Estudos da Oralidade (LEO)

EXTENSÃO



Revelando o invisível

Mais de 400 mil jovens brasileiros entre cinco e 16 anos exercem o trabalho doméstico. Um projeto de extensão da UFC prevê a formação de 1.200 agentes multiplicadores do combate à exploração do trabalho infanto-juvenil doméstico em Fortaleza

A idéia de que o melhor para a criança que nasce pobre é começar a trabalhar cedo se tornou consenso na sociedade brasileira. Imagina-se que submeter a criança ao trabalho é uma forma de educá-la para a vida profissional adulta e afastá-la da ociosidade e da criminalidade. Pensamentos como esses fazem com que, pelo menos, 2,9 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, de cinco a 15 anos, sejam exploradas pelo trabalho, conforme constatou a Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílios

(Pnad/2005), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Incluído este ano na lista das piores formas de trabalho infantil, elaborada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho doméstico é um dos principais setores de ocupação de crianças no País. Nele trabalham mais de 400 mil jovens na faixa etária entre cinco e 16 anos, os quais realizam serviços que, em geral, consistem em fazer faxina, lavar, passar, cozinhar e cuidar dos filhos dos donos da casa.

Por ser um trabalho realizado dentro de um lar, a identificação, fiscalização e repressão à exploração de crianças é dificultada, o que acaba fazendo com que muitos meninos e meninas fiquem fora das estatísticas oficiais e passem a compor um “exército invisível” de mão-de-obra, que está sujeito a todo tipo de exploração.

Se por um lado a justificativa de pais e patrões é de que o trabalho precoce alivia a miséria familiar, por outro, a atividade alimenta mecanismos que



fortalecem a exclusão social, tal como o atraso escolar. Contra a ampliação desses mecanismos, a Universidade Federal do Ceará (UFC), em parceria com a Fundação da Criança e da Família Cidadã (Funci), está formando capacitadores e agentes multiplicadores que irão atuar no combate à exploração do trabalho infantil doméstico em Fortaleza.

Iniciado em outubro último, o objetivo do projeto de extensão “Formação de Agentes Multiplicadores Para a Erradicação do Trabalho Doméstico Infante-Juvenil” é, ao final de doze meses, ter levado o debate sobre o trabalho infantil doméstico para pelo menos 36 mil pessoas de comunidades de Fortaleza que atuam junto a movimentos sociais organizados da cidade.

Para isso, o projeto utiliza como principal meio de divulgação das discussões o vídeo “Você viu a Rosinha?”, produzido a partir de uma peça de mesmo nome, de autoria da professora Célia Gurgel, coordenadora do projeto. “O vídeo conta uma história de trabalho infantil protagonizado pela menina Rosinha e apresenta depoimentos de pessoas exploradas e representantes de órgãos que falam sobre os direitos das crianças e dos adolescentes”, explica. A idéia é que o material permita a sistematização de debates com um maior número de platéias, com objetivo de sensibilizá-las e formá-las.

Segundo Célia Gurgel, a metodologia foi criada a partir de uma experiência anterior com o teatro-debate, organizado por ela mesma, juntamente com alunas dos cursos de Psicologia, Economia Doméstica e Direito da UFC. O método consistia em, após cada apresentação da peça, levantar discussões sobre o trabalho infantil e os direitos das crianças com a platéia. De acordo com a professora, diante dos excelentes resultados de sensibilização obtidos através do teatro-debate, viu-se a necessidade de ampliar e multiplicar ainda mais essas discussões, o que foi facilitado com a transformação da peça em vídeo.

Agora, o DVD está sendo utilizado

como um dos materiais didáticos que ajudarão na formação de multiplicadores da erradicação do trabalho infantil em Fortaleza. O trabalho está sendo feito pelas 16 agentes capacitadoras (oito técnicas da Funci e oito alunas da UFC) que foram formadas pelo projeto, através de um curso de 48 horas/aula, cujas discussões abordaram diversos aspectos ligados ao trabalho infantil, tais como construção histórico-social da infância e da adolescência e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Segundo o projeto, divididas em oito duplas, as agentes capacitadoras formarão, a cada mês, em duas oficinas com duração de quatro horas cada, 30 agentes multiplicadores de defesa dos direitos da criança e adolescente. Essa formação acontecerá para cinco turmas com 30 pessoas, durante os meses de dezembro de 2007, e janeiro, fevereiro, março e abril de 2008.

“Ao final, as capacitadoras terão formado um total de 1.200 agentes multiplicadores que receberão um kit com o DVD, o ECA e um livro sobre a história da Rosinha, selando o compromisso de exibir o DVD em outros espaços”, conclui Gurgel. O levantamento e cadastramento das entidades e pessoas que serão beneficiadas pelo projeto estão sendo realizados pela Funci.

Assunto que preocupa - Nos últimos anos, o Brasil vem se destacando nas ações para a erradicação do trabalho infantil. Em 2001, os dados da Pnad registraram cerca de 5,9 milhões de crianças e adolescentes de cinco a 17 anos trabalhando no País. Já no último ano, um estudo realizado pela OIT, com base em dados da Pnad, entre 1992 e 2004, apontou uma queda de 60,9% do trabalho na faixa dos cinco aos nove anos e de 36,4% entre os dez e 17 anos.

Apesar dos avanços no combate ao trabalho infantil, o Brasil ainda tem grande contingente de crianças e adolescentes sendo exploradas na agricultura e no trabalho doméstico. A OIT considera trabalho infantil doméstico a incorpora-

ção de crianças e adolescentes menores de 16 anos a uma família que não é a sua, sob a alegação de ampará-la, realizando atividades domésticas em troca de teto, comida, roupa e educação. Em alguns casos, recebem remuneração, o que supõe uma relação de trabalho, ainda que sem garantia de todos os direitos do trabalhador.

Por lei, este tipo de trabalho só pode ser exercido por maiores de 16 anos, aos quais cabem os mesmos direitos dos empregados domésticos maiores de 18 anos, como carteira assinada, férias, entre outros. Isso, entretanto, não é respeitado na maioria dos lares brasileiros. A situação se agrava ainda mais por ser uma atividade realizada no âmbito residencial, o que expõe a criança a uma série de injustiças, desde a baixa remuneração e longas jornadas de trabalho, até as mais críticas, que envolvem abusos sexuais e atos de violência.

Direitos fundamentais assegurados por lei como o acesso ao lazer, à escola e ao convívio familiar são amplamente violados.

As jornadas de trabalho tão extensas quanto às dos adultos resultam em um fraco desempenho escolar, devido ao cansaço. As conseqüências disso se vêem na dificuldade que os trabalhadores domésticos infantis têm de conseguir uma requalificação profissional quando se tornam adultos. ^{UP}

Você Sabia?

- Pelo menos 2,9 milhões de crianças e adolescentes brasileiros, entre 5 e 15 anos, são explorados pelo trabalho.
- Mais de 400 mil jovens, entre 5 e 16 anos, atuam no trabalho doméstico no País
- Estudo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) mostra que, entre 1992 e 2004, houve uma queda de 60,9% do trabalho na faixa dos 5 aos 9 anos.



O farmacêutico Felipe Fernandes, premiado por seu trabalho sobre a purificação de glicerina bruta

Talentos premiados

Cada vez mais alunos e professores da UFC estão se destacando no cenário nacional. Com seus inventos, projetos e produções acadêmicas trazem para o Ceará uma série de prêmios vindos das mais diferentes áreas

Naara Vale

Nem fama, nem prestígio. Reconhecimento talvez fosse a palavra mais apropriada para descrever o que busca grande parte dos professores e alunos que desenvolvem trabalhos e projetos no campo científico. Mas não. A palavra de ordem aqui é produção de conhecimento. E é seguindo à risca este lema que professores e alunos da Universidade Federal do Ceará (UFC) estão se destacando no cenário de produção científica nacional. Como conseqüência desse esforço, estão conquistando prêmios nas

mais diferentes áreas de estudo.

No início do ano, o curso de Direito da UFC foi agraciado com o primeiro lugar da aluna Érica Siqueira Furtado no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – Enade 2006. Outra surpresa veio com a aluna Daniela Cadore Vale, do curso de Engenharia Civil da UFC, que tirou o primeiro lugar na 3ª Edição do Prêmio Petrobras de Tecnologia, na categoria Tecnologia de Produtos.

Muito além de investimentos financeiros ou tecnológicos, resultados como

esses são frutos de um importante trabalho de qualificação dos profissionais que estão saindo da Universidade, bem como daqueles que têm atuação profissional dentro do espaço acadêmico. Tal aprimoramento se dá, principalmente, com a ampliação dos cursos de pós-graduação, atualmente, os maiores responsáveis pelo crescimento de 410% da produção científica da UFC nos últimos 10 anos, dado recentemente divulgado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Segundo a instituição, a UFC se destacou com o segundo maior crescimento em publicação de trabalhos científicos entre as instituições de ensino superior do País, no período de 1996 a 2006. O número de trabalhos publicados e indexados no banco de dados *Web of Science* subiu de 73 para 373 no intervalo. Enquanto em 1995 foram defendidas três teses de doutorado, no ano passado esse número subiu para 124.

Juntamente com o desenvolvimento científico, cresce também o estímulo para que os alunos dêem continuidade às suas pesquisas em cursos de pós-graduação e, muitas vezes, tomem gosto pela carreira acadêmica. Esse foi o caso da economista Graziela Sousa Barros, aluna recém-formada pelo curso de Economia da UFC.

Vencedora do Prêmio Ipea-Caixa 2007, com a monografia “Região Nordeste do Brasil: uma análise do comércio exterior sob a ótica das empresas, dos setores e dos mercados no período recente”, Graziela aguarda os resultados das seleções para mestrado que fez nos últimos meses. E se prêmio no currículo ajuda a entrar no mestrado, a vaga de Graziela está bem encaminhada. Em julho deste ano, a economista conquistou também o primeiro lugar no Prêmio BNB de Talentos Universitários, com a mesma monografia.

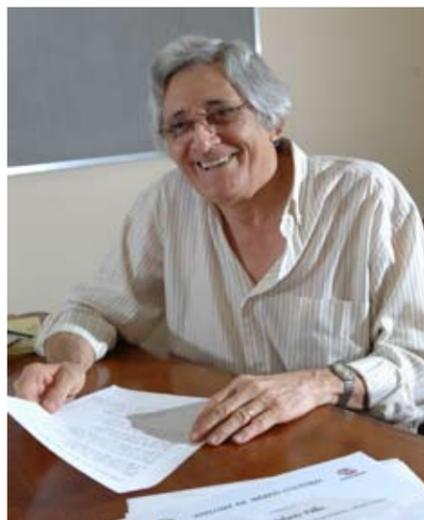
Senhor das palavras

“Tem bastante pendor para português e quem sabe se não será, futuramente, um ilustre homem de letras?”, previu o reitor do Seminário São José do Crato, em carta escrita ao pai do aluno José Linhares Filho, já nos idos de 1955. A profecia concretizou-se. Os cabelos grisalhos e a voz branda anunciam: o menino que um dia pensou em ser padre transformou-se em um nobre senhor das letras.

A previsão do religioso materializou-se em forma de reconhecimentos. No mais recente, o professor Linhares Filho recebeu o Diploma de Mérito Cultural pela “sua magnífica atuação a favor do

desenvolvimento do Brasil”, conferido pela Academia Brasileira de Filologia, no último dia 20 de setembro, durante a realização do Congresso Internacional de Língua Portuguesa, Filologia e Literaturas de Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro. “Eu estava em casa divagando quando recebi pelo correio um convite”, conta o intelectual. Além desse, o escritor é dono também de mais dois prêmios estaduais, sem contar as inúmeras homenagens recebidas ao longo da carreira.

Professor, poeta, escritor e ensaísta crítico, Linhares Filho tem no currículo



Professor Linhares Filho: conquista de Diploma de Mérito Cultural da Academia Brasileira de Filologia

lo a realização da profecia anunciada. Hoje, nove livros carregam a marca da sua poesia “modernista neo-romântica e neo-simbolista”, como se autodefine. Outros seis têm registrados os ensaios críticos de um literato especialista na obra de Fernando Pessoa, Miguel Torga, Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade.

A produção é resultado de 38 anos de pesquisas e magistério no Departamento de Literatura da Universidade Federal do Ceará (UFC), carreira que deve ser aposentada no início de 2009, quando o professor completa 70 anos de idade. O gosto pelo ensino sempre foi tão grande

que essa será a segunda vez que o poeta se aposenta na carreira. A primeira foi quando completou 30 anos de trabalho. Não resistiu e retornou às salas de aula. Agora, às vésperas de tornar-se um septuagenário, o caminho parece ser sem volta, mas a saudade continua latente. “Gosto disso aqui demais. Eu me vejo como um peixe dentro d’água”, diz sorrindo. “Já estou com uma certa saudade”, acrescenta.

Mãos de fadas, cabeça de gênio

Se alguém ainda pensa que engenharia é coisa de homem, é bom dar um pulinho nas salas de aula e laboratórios das universidades. Inteligentes e cheias de atitude, cada vez mais mulheres desafiam entrar nesse mundo majoritariamente masculino. E quando se pensa que estar imersas em um mar de números e rodeadas por marmanjos é suficiente, elas são escolhidas as melhores e, de quebra, ganham prêmios nacionais.

Foi assim com a “quase” engenheira civil Daniela Cadore Vale, aluna da UFC. Fascinada por Física e Matemática, ela encontrou nestas matérias o primeiro impulso para cursar Engenharia Civil. O acerto na decisão não tardou em chegar. E o melhor: ele veio em forma de prêmio.

No último dia 23 de novembro, Daniela recebeu a premiação pelo primeiro lugar na 3ª Edição do Prêmio Petrobras de Tecnologia, na categoria Tecnologia de Produtos. Sob a orientação dos professores Michelê Dal Toé e Jorge Soares, o trabalho avaliou o uso de um resíduo gerado na indústria petrolífera, o qual se deposita no fundo dos tanques de armazenamento de asfalto, conhecido como borra asfáltica. O objetivo era dar ao material um destino mais nobre, visando à pavimentação.

De acordo com Daniela, a iniciativa da pesquisa partiu de uma demanda da própria Refinaria da Petrobras, a LUBNOR, de Fortaleza, que precisava dar um destino melhor à grande quantidade de resíduo que estava sendo produzida e acumulada durante muito tempo.

A idéia era descobrir uma forma que aliasse um processo ambientalmente correto a um menor custo para a empresa, uma vez que o destino final que é dado ao material demanda gastos extras à refinaria, que envia o resíduo para o co-processamento em indústrias cimenteiras, com uma despesa de R\$ 600,00 por tonelada de borra, fora os custos de geração e armazenamento.

Desenvolvido no Laboratório de Mecânica e Pavimentos (LMP) da UFC, o estudo descobriu uma potencial aplicabilidade da borra asfáltica como material ligante em camadas de revestimento para pavimentos de baixo volume de tráfego, bem como para camadas de reforço e regularização de pavimentos. Iniciado no segundo semestre de 2006, o trabalho continua em andamento no Laboratório.

O prêmio conferido a Daniele deve-se ao pioneirismo do trabalho, que estuda, pela primeira vez no Brasil, o aproveitamento desse tipo de resíduo em pavimentação. Mesmo com o ineditismo da pesquisa, a premiação não era algo esperado pela aluna. “Eu realmente não esperava, mas notícia melhor eu não poderia ter recebido”, diz. E acrescenta: “Fiquei muito orgulhosa e feliz, pois isso estimula não só a mim na continuação da pesquisa como também outros colegas e é uma forma de reconhecimento do meu esforço neste início de vida profissional”.

Mais um resultado da dedicação de Daniela veio com a oportunidade de participar do programa de intercâmbio universitário entre a UFC e a Universidade de Nebraska (Lincoln), nos Estados Unidos, onde ela está atualmente. Por e-mail, Daniela informou que está tendo a oportunidade de trabalhar em um grupo de pesquisa que

realiza projetos relacionados a materiais para pavimentação. Logo que regressar da temporada no exterior e concluir o curso de Engenharia Civil, ela pretende ingressar no Mestrado em Engenharia de Transportes e dar continuidade à carreira acadêmica.

Tecnologia ao modo cearense

O Laboratório de Mecânica e Pavi-



Daniela Cadore, aluna da Engenharia Civil, venceu a 3ª Edição do Prêmio Petrobras de Tecnologia

mentos (LMP), do Departamento de Engenharia de Transporte da UFC, se destacou, mais uma vez, com a criação de equipamentos com tecnologia de ponta. Desta vez, uma parceria entre o LMP e a empresa Armtec Tecnologia em Robótica conquistou o primeiro lugar da etapa Nordeste da 10ª edição do

Prêmio Finep de Inovação Tecnológica 2007, com o desenvolvimento do Sistema Integrado de Simulação de Tráfego Normatizado (SISTRAN).

O equipamento funciona como um laboratório que testa, antes do início das obras, o tipo de asfalto mais indicado para uma determinada rodovia. O aparelho simula o tráfego e a carga recebidos por um pavimento em um período estimado de 10 anos. Essa simulação vai permitir a avaliação prévia do uso de novos tipos de revestimento, o que garante um ganho de qualidade na pavimentação das estradas brasileiras.

Sob a orientação do professor Jorge Soares, a equipe de engenheiros do LMP/Armtec conseguiu desenvolver o equipamento com valor de venda cerca de 40% menor que o único similar no mundo, fabricado por uma multinacional francesa. Segundo Roberto Macedo, diretor da Armtec, o SISTRAN tem ainda uma série de vantagens sobre o seu similar, como o fato de o aparelho brasileiro agüentar testes de impactos de 1.200 quilos, enquanto a resistência do concorrente é de apenas 500 quilos. Outra vantagem é por ser modular, ou seja, ele pode ser montado mais facilmente em espaços menores.

Glicerina pura e barata

Quem vê o farmacêutico Felipe Fernandes, logo percebe a sua timidez. Mas é só ele começar a falar das suas andanças e insistência para conseguir uma bolsa de pesquisa que toda a imagem de moço introvertido se desfaz. Não fosse essa teimosia em conseguir o que quer, Felipe hoje não teria no currículo o prêmio de primeiro lugar na sétima edição do Projeto Bolsas IEL-Sebrae-CNPq para

RECONHECIMENTO

o Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico das Micro e Pequenas Empresas - BITEC 2006.

O prêmio foi concedido ao trabalho “Produtos automotivos de subprodutos do biodiesel”, orientado pela professora Nágila Ricardo, do Departamento de Química Orgânica e Inorgânica da UFC, e desenvolvido na Empresa Brasileira de Bioenergia LTDA (EBB), de Marcelo Parente, incubada no Núcleo de Tecnologia (Nutec) da Universidade Federal do Ceará.

Apesar de ter um bom valor comercial no mercado internacional, a grande quantidade de glicerina bruta obtida no processamento de biodiesel, em grande escala, gera um problema de armazenamento. A solução encontrada foi o

desenvolvimento de uma técnica para a purificação da glicerina bruta que, em sua forma destilada e bidestilada, é amplamente utilizada em aplicações industriais, tais como a fabricação de produtos farmacêuticos, cosméticos e de limpeza.

O desenvolvimento da técnica no Ceará vai baratear os produtos fabricados a partir da glicerina, que agora não precisará mais ser importada. Com a descoberta, o estudo conseguiu criar produtos automotivos a partir da glicerina com qualidade equivalente ou maior que os encontrados no mercado. Segundo Marcelo Parente, diretor da empresa EBB, um dos produtos já está sendo testado pela Fiat. A empresa verifica a utilização da glicerina como

fluido de resfriamento para carros em substituição ao uso do etileno glicol, material de alto valor comercial.

Apesar de ter sido aluno do curso de Farmácia, a atuação profissional de Felipe sempre esteve ligada à Química. Já nos primeiros semestres de faculdade foi monitor da disciplina de Química Analítica e já perto de se formar conseguiu, depois de algumas tentativas, a desejada bolsa de pesquisa no Departamento de Química Orgânica e Inorgânica, a qual, segundo ele, poderia lhe abrir portas para entrar no Mestrado em Química Inorgânica. Deu certo. Hoje, além do prêmio alcançado com a pesquisa desenvolvida com a bolsa de estudos, Felipe é aluno da pós-graduação e continua sendo orientado pela professora Nágila Ricardo. 



Roberto Macedo e o aparelho que testa asfalto mais adequados para rodovias. Criação feita em parceria do Laboratório de Mecânica e Pavimento e empresa Armtec

PESQUISA



Do fundo da terra

Laboratório de Geofísica de Prospecção e Sensoriamento Remoto, da UFC, realiza pesquisas sobre petróleo e águas subterrâneas, com foco na preocupação ambiental

Água, fontes de energia e meio ambiente são temas que ganham cada vez mais atenção da comunidade científica, em função da importância que representam para o futuro da humanidade. Na UFC, o Laboratório de Geofísica de Prospecção e Sensoriamento Remoto (LGPSR), vinculado ao Departamento de Geologia, desenvolve pesquisas que contemplam as três áreas.

Dos estudos iniciais voltados para a Geofísica aplicada, especialmente a pesquisa de água subterrânea, desde que foi criado em 1984, o Laboratório ampliou suas pesquisas para a Geofísica rasa e profunda a partir de 1994, utilizando métodos modernos de prospecção também de petróleo, gás natural e contaminação do meio ambiente.

“O Laboratório atua nas investigações mais rasas, até os dois mil metros da sub-superfície terrestre, utilizando-se da Geofísica em problemas aplicados (água, petróleo, contaminação, engenharia etc.) e também atua na investigação geofísica mais profunda da parte continental da crosta da terra. Neste último caso, as investigações podem atingir dezenas de quilômetros abaixo da superfície”, explica o coordenador do LGPSR, professor Mariano Castelo Branco.

A localização de água subterrânea e os estudos de contaminação de aquíferos e solos, utilizando métodos geofísicos, de sensoriamento remoto e estudos hidrogeológicos e geológicos integrados, constituem a principal linha de atuação do Laboratório. Para a região nordestina, onde

a carência de água é um problema antigo e recorrente, e para o País como um todo, que precisa estar atento com as novidades em relação a combustíveis, este é um potencial a ser explorado.

As pesquisas têm um alcance científico, mas também sócio-ecológico, como estudos de impacto ambiental em zonas carentes do Nordeste, costeiras e urbanas. Os projetos desenvolvidos têm o objetivo de aumentar a produtividade na extração de petróleo e gás natural, por exemplo, consideram, ao mesmo tempo, a preservação do meio ambiente.

Um dos projetos que fazem uso de técnicas laboratoriais para pesquisas do meio ambiente e sobre a contaminação relacionada ao setor do petróleo e gás natural é realizado em regiões litorâneas do Ceará,



Equipe do Laboratório de Geofísica realizando pesquisa de campo

com foco nas zonas portuárias do Pecém e do Mucuripe. O trabalho caracteriza áreas eventualmente sujeitas a processos de contaminação, no entorno de instalações destinadas às atividades de exploração e comercialização de petróleo e derivados, monitorando o risco ambiental e gerando informações úteis para prevenção de acidentes no mar.

Na região de Lavras da Mangabeira e Araripe, no Ceará, e na Bacia do Apodi, no Rio Grande do Norte, o Laboratório executa ainda projeto de investigação de comportamento de bacias sedimentares identificando locais mais promissores para acúmulo de águas subterrâneas. Os estudos geofísicos e hidrogeológicos são aplicados também nas regiões dos municípios de Tauá e Irauçuba, entre outras do semi-árido cearense. “Inúmeras dessas pesquisas já foram objeto de conhecimento dos órgãos competentes e relacionados com água subterrânea”, observa o coordenador do Laboratório, Mariano Castelo Branco.

Fora do Ceará, além do Rio Grande do Norte, o LGPSR realiza projetos no Espírito Santo. Um deles, a Avaliação Hidrogeológica dos Campos Petrolíferos do Norte do Estado, já oferece resultados. As informações obtidas a partir das pesquisas estão sendo utilizadas para o incremento da extração petrolífera.

Um outro projeto desenvolvido no Espírito Santo é o Levantamento Hidrogeológico do Estado, a partir de um completo banco de dados, com informações sobre geologia, geomorfologia, bens minerais, meio ambiente, hidrografia, hidrologia, hidrogeologia, solos, pluviometria, entre outros. Os estudos procuram identificar pontos de água subterrânea – fontes nascentes e poços rasos e profundos – que poderão gerar um atlas digital para servir de base à execução de políticas de recursos hídricos.

Os trabalhos e pesquisas envolvem seis pesquisadores doutores, três mestres e 11 alunos bolsistas, além de pessoal de apoio. Em se tratando de pesquisas nas áreas de petróleo e águas subterrâneas, o Laboratório de Geofísica de Prospecção e Sensoriamento Remoto da UFC é um dos mais bem equipados do País.

“Contamos com estrutura importante em termos de investigação geofísica, destacando-se, notadamente, as instrumentações para métodos elétricos, métodos eletromagnéticos no domínio da frequência e do tempo, de perfilagem geofísica e sistemas de posicionamento GPS diferencial e de navegação, além de equipamentos diversos para hidrogeologia”, lista o professor Mariano.

Geologia e geofísica

Nem sempre é fácil fazer a distinção entre Geologia e Geofísica. Enquanto a Geologia estuda a Terra através de observação direta de rochas expostas na superfície ou de amostras retiradas de poços perfurados, a Geofísica analisa partes profundas da Terra que não podem ser vistas através de observação direta.

A diferença entre Geologia e Geofísica se situa principalmente no tipo de dados com os quais se trabalha. A Geofísica utiliza em geral instrumentos sofisticados colocados na superfície, mas que permitem revelar informações de zonas inacessíveis de grande profundidade.

“De uma maneira geral, a Geofísica fornece as ferramentas para o estudo da estrutura e composição do interior da Terra. Quase tudo o que conhecemos sobre a Terra, abaixo de limitadas profundidades que os poços e as minas subterrâneas atingem, provém de observações geofísicas”, esclarece a Sociedade Brasileira de Geofísica.

Principais projetos do Laboratório

- Avaliação de técnicas geofísicas e geotecnologias aplicadas no setor petrolífero e meio ambiente.
- Monitoramento de áreas contaminadas por método geofísico: parametrização de sinais geofísicos elétricos e eletromagnéticos e investigação direta.
- Estudos hidrogeológicos e hidrogeofísicos aplicados ao monitoramento ambiental.
- Comportamento de bacias sedimentares da região semi-árida do Nordeste brasileiro.
- Caracterização geodinâmica e metalogênica dos terrenos arqueano/paleoproterozóicos e da transição neoproterozóico/paleozóico do Ceará Central.
- Métodos geofísicos, hidrogeológicos e geoquímicos aplicados ao meio ambiente.
- Mais informações: (85) 3366.9870 www.isimpgr.ufc.br/lgpsr/index.html

O CETREDE termina o ano com a certeza de ter alcançado os objetivos e metas planejados para 2007, cumprindo a sua missão de promover o desenvolvimento da educação para o exercício da cidadania.

Neste momento natalino, nos associamos a todos aqueles que contribuíram para o êxito do trabalho institucional – colaboradores internos, consultores e parceiros – desejando-lhes paz, harmonia e prosperidade.

Boas festas.

CETREDE
Centro de Treinamento e Desenvolvimento

O PRÊMIO BNB DE JORNALISMO
TRAZ DUAS BOAS NOTÍCIAS:
PRÊMIOS PARA OS PARTICIPANTES
E DESENVOLVIMENTO
PARA O NORDESTE.



PRÊMIO **BNB** DE
JORNALISMO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Há mais de meio século o Banco do Nordeste trabalha pelo crescimento da Região. É por isso que em 2007 não vai faltar tema para o Prêmio BNB de Jornalismo em Desenvolvimento Regional - homenagem aos melhores trabalhos jornalísticos que enfoquem aspectos relevantes para a Região. Serão R\$ 122 mil em premiações, distribuídos em quatro níveis: nacional, regional, universitário e um prêmio especial, disputado por matérias veiculadas em cidades com menos de 100 mil habitantes. Isto reforça o comprometimento do BNB com uma notícia que todos os conterrâneos adoram ouvir: **o desenvolvimento do Nordeste.**

EDIÇÃO 2007

Você já pode participar do Prêmio BNB de Jornalismo em Desenvolvimento Regional – Edição 2007. O Prêmio contempla cinco categorias: Mídia Impressa – Texto, Mídia Impressa – Foto, Mídia Eletrônica – TV, Mídia Eletrônica – Rádio, Mídia Eletrônica – Internet, além do Prêmio Especial e Prêmio Universitário. As inscrições vão até 11/01/2008. Para maiores informações, consulte o regulamento no nosso site: **www.bnb.gov.br**

Cliente Consulta | Ouvidoria - 0800 728 3030
www.bnb.gov.br

**Banco do
Nordeste**



BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL